

Ana Catarina Ferreira Vieira



Vivências da Maternidade de Mulheres Vítimas de Violência Conjugal

Universidade Fernando Pessoa

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Porto, 2019

Ana Catarina Ferreira Vieira

Assinatura: _____

Vivências da Maternidade de Mulheres Vítimas de Violência Conjugal

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de mestre em Psicologia da Justiça, sob orientação das Professoras Doutoras Ana Sani e Dora Pereira (Universidade da Madeira).

Porto, 2019

À minha avó

“Aqueles que passam por nós, não vão sós, não nos deixam sós. Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós.”

- Antoine de Saint-Exupéry

Agradecimentos

Após a conclusão desta dissertação, não posso deixar de agradecer às várias pessoas que foram fundamentais durante toda esta etapa:

Às minhas orientadoras de dissertação, Professora Doutora Ana Sani e Professora Doutora Dora Pereira, o meu muito obrigada pela dedicação e pelas valiosas contribuições para a conclusão desta dissertação, e para um maior enriquecimento académico e pessoal.

À FISOOT, e às pessoas que a integram:

Sara, muito obrigada por todos os ensinamentos, dedicação, amizade e paciência que depositaste em mim desde o primeiro dia. Obrigada por não desistires de mim e por me fazeres acreditar nas minhas capacidades;

Pedro, muito obrigada por todos os contributos, pelos momentos de diversão e descontração ao longo desta fase;

Raquel e Dona Antónia, muito obrigada pela maravilhosa oportunidade, preocupação e carinho constante e por me receberem sempre de braços abertos!

A todas as mulheres que participaram nesta investigação e que partilharam comigo histórias de vida, dores e sofrimentos. Obrigada pelo vosso valioso contributo!

Aos meus pais, as pessoas mais importantes da minha vida, que lutaram e moveram montanhas para que tudo isto fosse possível. A vocês devo tudo. Amo-vos.

Ao Alexandre, muito obrigada por estes quase 8 anos, pela paciência constante, apoio, força e compreensão incondicional.

À minha prima Mafalda, que apesar de tarde, entrou a mais que tempo na minha vida. Obrigada pelas palavras e força, foram sem dúvida importantes nesta fase.

À minha amiga de coração, Andreia. Obrigada por todos os momentos de apoio, compreensão e coragem para seguir em frente.

À minha Avó Prazeres. Obrigada pela preocupação e pelo o exemplo de luta. Sei que olhas por mim.

A todos os meus amigos e pessoas que de uma forma ou de outra, contribuíram para a conclusão desta etapa.

Por último, à Universidade Fernando Pessoa, a casa onde cresci e de onde levo ensinamentos e amizades para o resto da vida.

Resumo

O fenómeno da violência conjugal tem vindo a revelar-se como um flagelo cada vez mais marcante e crescente na sociedade Portuguesa, contudo, é ainda bastante desconsiderada a influência que estas vivências exercem sob a relação que estas vítimas estabelecem com os seus filhos, bem como as práticas educativas que adotam. Após uma revisão teórica sobre o tema, apresentamos um estudo qualitativo que teve como principal objetivo, compreender de que forma a violência conjugal entre parceiros íntimos, pode afetar o exercício da parentalidade materna. Para tal foi constituída uma amostra de 15 mulheres mães e vítimas de violência conjugal, com vista a compreender o modo como estas percecionam os seus estilos parentais educativos. Para tal, recorreu-se à entrevista individual semiestruturada, tendo a mesma sido gravada e os dados transcritos posteriormente para análise de conteúdo. Os dados foram organizados em cinco categorias relativas às vivências maternas e de violência conjugal de cada participante: perceções acerca dos conceitos de maternidade, violência, motivos que justificaram a continuidade na relação abusiva, abandono da relação conjugal abusiva e maternidade em contexto de violência. Os resultados mostraram que a vivência destas mães em contexto de relação abusiva, comporta efeitos na sua relação com os seus filhos, e que, não obstante às suas experiências negativas, relativas aos abusos das quais foram alvo pelos seus agressores, estas mães tentam a preservar as suas capacidades, motivações e competências, no que diz respeito aos seus papéis no contexto da maternidade. O estudo permitiu-nos refletir sobre a temática e o desenvolvimento de intervenções mais eficazes junto de mães vítimas e os seus filhos, e ações preventivas que devem ser alargadas à comunidade.

Palavras-chave: Violência Conjugal, Parentalidade, Vivências Maternas, Vítima

Abstract

Over the years, the conjugal violence phenomenon has increased and become more visible in the Portuguese society. However, it is known that the literature has disregarded the influence of these experiences on the relationship that these victims establish with their children, as well as the educational practices they adopt. After a theoretical review on the subject, we present a qualitative study whose main goal was to understand how the conjugal violence between partners can affect maternal parenting. With that being said, subjects for this sample included 15 women, among which, mothers and victims of marital violence, in order to acknowledge how they perceive their educational parenting skills. For that, a semi-structured individual interview was conducted, which was, at first, recorded and then transcribed for data analysis. Data for this research was organized into five categories for each participant related to maternal experiences and conjugal violence: perceptions on the concepts of motherhood, violence, reasons for staying in an abusive relationship, abandonment of the abusive conjugal relationship and maternity in a context of violence. The results showed that mothers in a context of abusive relationship has effects on the relationship with their children, alongside with the fact that, in spite of going through negative experiences, these mothers try to maintain their abilities, motivations and skills, regarding their roles in context of motherhood, in other words, parenting. Our study allowed us to think on this matter and on the development of earlier programs on these children and these mothers who are victims and provide preventive interventions that should be extended to the community.

Keywords: Marital violence, Parenthood, Parenting skills, Maternal experiences, Victim.

ÍNDICE

Agradecimentos	VI
Resumo	IX
Abstract.....	X
Introdução	1
PARTE I - Conceptualização do fenômeno da violência conjugal	3
Capítulo I - Maternidade em contexto de violência conjugal.....	4
1.1. Violência conjugal	5
1.2. Estilos parentais e maternidade.....	8
1.3. Maternidade e estilos parentais em contexto de violência conjugal	11
PARTE II - Estudo Empírico	16
Capítulo II - Vivências da Maternidade de Mulheres Vítimas de Violência Conjugal...	17
2.1 Objetivos.....	17
2.2 Metodologia	17
2.3 Método	17
2.3.1 Participantes.....	18
2.3.2 Instrumentos.....	20
2.3.3 Procedimentos.....	21
2.4 Tratamento e análise dos dados	22
2.5 Apresentação dos resultados	24
2.6 Discussão dos resultados	42
Conclusão	53
Referências	56
Anexos	68

ÍNDICE DOS ANEXOS

Anexo I – Declaração de Consentimento informado do estudo	69
Anexo II – Questionário Sociodemográfico	70
Anexo III – Guião de entrevista	71
Anexo IV – Autorização da entidade FISOOT	72
Anexo V – Parecer da Comissão de Ética	73
Anexo VI – Matriz referente às categorias de análise do discurso das vítimas	74

INTRODUÇÃO

Segundo o relatório Mundial de Saúde e Violência da Organização Mundial de Saúde (OMS, 2002), a violência é uma contrariedade no que diz respeito à saúde mundial, uma vez que a mesma tem vindo a aumentar a mortalidade entre os indivíduos e é responsável por um elevado índice de morbidade e implicações tardias principalmente em populações de idosos, crianças e mulheres, apontados como os mais vulneráveis.

Em específico e de acordo com o mesmo relatório, a violência conjugal define-se como, “*qualquer comportamento que cause dano físico, psicológico ou sexual àqueles que fazem parte da relação.*” (OMS, 2002, p.113), sendo considerada como uma das dimensões da violência doméstica, uma vez que se refere a todo o formato de comportamento violento da mesma, praticada por um dos cônjuges, companheiro/a ou ex-cônjuge/ex-companheiro/a sobre o/a outro/a (Manita, Ribeiro, & Peixoto, 2009).

Ao longo dos anos, muitas têm sido as investigações realizadas nesta área, tanto pelas suas diversas formas de expressão, como também pelas consequências para o casal e para a família como um todo (Colossi, Marasca, & Falcke, 2015). A violência conjugal afeta, não só o casal, mas também os filhos que presenciam e testemunham frequentemente estes episódios, sendo deste modo, alvo de maus-tratos e vítimas da violência nas suas diversas formas, vivendo num ambiente familiar hostil que pode pôr em risco a sua saúde mental (Calvinho & Ramos, 2016). As consequências destes acontecimentos sobre os indivíduos maltratados, podem permanecer ao longo da vida, aumentando a probabilidade e risco dos mesmos se tornarem pais violentos ou de serem no futuro, alvos e vítimas de violência, contribuindo, assim, para a perpetuação das violências familiares (Calvinho & Ramos, 2016). Neste sentido, é possível que mães que vivenciem agressões físicas e psicológicas por parte do seu companheiro, muitas vezes

não se encontram em condições de estabelecer um relacionamento ajustado para com os seus filhos (D’Affonseca, Cavalcanti, & Williams, 2011). As investigações realizadas referentes aos efeitos da violência conjugal nos comportamentos da mãe em relação aos filhos, mostram que, devido às consequências que a violência pode acarretar na saúde física e psicológica da mulher, as mesmas demonstram maior dificuldade nos cuidados com os filhos do que mães que não apresentem esse histórico (e.g., Graham-Bermann & Levendosky, 1998) (D’Affonseca et al., 2011). Consideramos, desta forma, que compreender as representações destas mães vítimas de violência doméstica, é fundamental para a identificação de estratégias /esforços de prevenção e intervenção no âmbito das relações íntimas violentas, assim como na relação que estas mães estabelecem com os seus filhos. Por esse motivo, elaboramos a presente investigação com o objetivo geral de aceder às representações da maternidade de mulheres vítimas de violência doméstica por parceiro íntimo (violência conjugal) e perceber de que forma as suas experiências de vitimação influenciaram os seus papéis como mães e as suas competências parentais.

Desta forma, a presente dissertação encontra-se estruturada em duas partes, com relação entre si. A primeira assenta numa revisão da literatura, tendo como objetivo uma concetualização da violência conjugal, assim como os estilos parentais e a interseção destas duas realidades. A segunda parte diz respeito ao estudo empírico, de cariz qualitativo, sendo descritos os objetivos e o método, o que inclui a caracterização da amostra, dos instrumentos e técnicas usadas e os procedimentos adotados. Após a apresentação dos resultados, os mesmos serão discutidos de acordo com a revisão teórica. No final será elaborada a conclusão e uma reflexão crítica integrando os principais contributos e implicações da investigação, expondo as limitações do estudo e apresentando, assim como algumas sugestões para investigações futuras.

PARTE I - Conceptualização do fenómeno da violência conjugal

Capítulo I - Maternidade em contexto de violência conjugal

Diversas investigações nacionais e internacionais têm demonstrado como a vivência em contextos de violência doméstica tende a interferir significativamente com o exercício da parentalidade (Levendosky & Graham-Bermann, 2001; Sani, 2008). De acordo com vários estudos, a experiência de violência doméstica entre parceiros íntimos tende a afetar negativamente a saúde física e mental da vítima, a interferir com a capacidade de gestão da relação com os filhos, com a qualidade da vinculação, com o nível de ajustamento das crianças e com o modo como mães e pais exercem as práticas educativas parentais (Ceconello, De Antoni, & Koller, 2003; Levendosky, Huth-Bocks, Shapiro, & Semel, 2003; Sani & Cunha, 2011). Alguns estudos desenvolvidos sobre esta temática demonstraram que famílias violentas tendem a dar menos apoio aos filhos, comparativamente a famílias não violentas (e.g., McCloskey, Figueredo, & Koss, 1995) e que estes pais tendem a usar de modo mais corrente práticas educativas inadequadas na interação com os seus filhos (Sani & Cunha, 2011). Por outro lado, os estudos revelam também que, por vezes, as experiências de vida negativas podem suscitar novas aprendizagens e consolidar competências ao nível da parentalidade, exigir uma maior mobilização de recursos para responder à violência em defesa dos seus filhos, e providenciar estrutura ou a melhoria das relações com os filhos (Sani & Cunha, 2011).

O presente enquadramento teórico focar-se-á essencialmente nas questões relacionadas com violência conjugal, com os estilos parentais e maternidade e a relação entre estas variáveis. Procurar-se-á fazer um levantamento e análise dos estudos mais relevantes, criando as bases de discussão para o estudo empírico a desenvolver.

1.1 Violência conjugal

Com o avançar do tempo e da sociedade, as questões relacionadas com a violência doméstica, tal como a sua definição, políticas e estratégias de intervenção, entre outros, atravessaram vastas evoluções concetuais. As diversas formas de tratar esta questão, baseiam-se em variadas construções da realidade e do mundo, quer a um nível mais científico e político, quer a um nível cultural e ideológico, associado a uma determinada época (Guerra & Gago, 2016).

Na década de 60 deu-se o arranque científico para conceber e estudar o fenómeno da violência conjugal, devendo-se, maioritariamente, aos movimentos feministas, os quais permitiram o nascimento de conceitos como: a *violência de género*, *violência contra a mulher*, *mulher batida* e a *síndrome da mulher batida* (Silva, 2012). Estas perspetivas tornam-se fulcrais uma vez que se diferenciaram da vertente positivista, que concediam a culpa à vítima, rejeitando um extenso agregado de variáveis que nos dias de hoje são consideradas elementares à perceção deste tipo de violência (Silva, 2012; Walker, 2017).

A violência conjugal caracteriza-se como sendo uma das dimensões da violência doméstica e diz respeito a qualquer comportamento que cause dano físico, psicológico ou sexual, no decorrer de uma relação íntima (OMS, 2002), sendo um fenómeno transversal a toda a sociedade, independentemente do sexo, idade, orientação sexual, etnia, classe social ou localização geográfica (Richards, Letchford, & Stratton, 2008). A violência conjugal é exercida, desta forma, por um dos cônjuges/ companheiro/a ou ex-cônjuge/ex-companheiro/a sobre o/a outro/a (Lisboa, Barroso, Patrício, & Leandro, 2009), podendo ocorrer quer no contexto doméstico, de trabalho ou em espaços públicos, assim como corresponder a um ato isolado ou comportamento contínuo (Lisboa, Barroso, & Marteleira, 2003; Lisboa et al., 2006; Manita, Ribeiro, & Peixoto, 2009; WHO, 1997). Esta violência é muitas vezes justificada pelo sentimento de posse do/a agressor/a sobre

a vítima, levando o/a mesmo/a a sentir ciúme, inveja e intenção de se sentir superior, inferiorizando assim o/a seu/sua companheiro/a, acarretando com isto, sofrimento físico e emocional aos envolvidos (Koller & De Antoni, 2004).

Os mais recentes dados referentes à violência conjugal ocorridos em Portugal, de acordo com o Relatório Anual de Estatísticas de 2017 da APAV, revela-nos que o número de atendimentos efetuados a vítimas de violência conjugal do sexo feminino, foi de 3.558 casos. Destes números, 42% destas vítimas foram violentadas pelos seus cônjuges; 23.4% pelos seus companheiros e 16.5% pelos seus ex-companheiros.

A violência conjugal contra a mulher desenvolve-se, assim, através de um fenómeno sociocultural que resulta de uma sociedade assente em relações de desigualdade entre os géneros. Este constructo social enaltece as diferenças e características sexuais dos géneros, atribuindo assim ao homem a força física e incumbindo, desta forma, o poder para o mesmo, resultando no seu controlo e domínio sobre a mulher, considerada como o sexo “vulnerável”, que se deve submeter à ordem do ser superior (Santos et al., 2018). Esta violência comporta assim diferentes tipos de abuso, sendo eles:

- Violência emocional e psicológica, que se refere a comportamentos, aos quais o/a agressor/a recorre, de forma a que o/a outro/a sinta medo ou se sinta inútil, englobando, frequentemente, atos como insultar e humilhar o outro na presença de amigos, familiares ou em público; ameaçar e intimidar quer a vítima, quer os filhos (APAV, 2015) e;
- Violência física, que se caracteriza como uma ação voluntária por parte do agressor, que provoca danos ou lesões físicas à vítima (Razera, Gaspodini, Oliveira, Neis, & Falcke, 2018) podendo, ou não, deixar marcas notórias. Por

norma, este tipo de violência, inclui atos como estalos, empurrões, murros, entre outros (Manita et al., 2009) e;

- Violência sexual, que se traduz em qualquer ato sexual praticado sem o consentimento de alguma das partes (Razera et al., 2018), isto é, qualquer comportamento de cariz sexual, em que o/a companheiro/a força a vítima a protagonizar, quando a mesma não deseja (e.g., violação, exposição a práticas sexuais com terceiros, etc.) (Manita et al., 2009) e;
- Violência financeira, que diz respeito a qualquer comportamento que tenha como objetivo controlar as posses económicas da vítima, sem que esta o deseje (APAV, 2015). Este tipo de abuso está frequentemente ligado ao isolamento social, uma vez que o/a agressor/a nega o acesso da vítima aos seus bens, conseguindo assim controlar a mesma (Manita et al., 2009) e;
- *Stalking*/ Perseguição, que se traduz por todo o tipo de comportamentos que visam impor à outra pessoa comunicação ou contacto indesejado e contra a sua vontade (Mullen, Pathé, Purcell, & Stuart, 1999) com intenção de intimidar ou atemorizar a vítima, controlando de forma constante os seus movimentos, quer em casa, no seu local de trabalho ou espaço público (APAV, 2015).

Através de um estudo realizado pela OMS, *WHO Multi-country Study on Women's Health and Domestic Violence against Women* (García-Moreno, 2005), percebeu-se que, através de uma perspetiva focada na saúde pública, tendo em consideração a forma como a violência contra as mulheres afeta a sua saúde psicológica e física, de modo frequente e generalizado, as mesmas estão particularmente em risco de serem alvo de violência por parte dos seus companheiros, sendo que esta violência abrange não só estas mulheres vítimas, mas também as suas famílias e comunidades, resultando na promoção de outros

moldes de violência quer a nível público e privado, sendo alguns destes mortais (Lisboa, Barroso, Patrício, & Leandro, 2009).

A violência conjugal comporta sérias e graves consequências não só para a vítima e o seu desenvolvimento, assim como para o incumprimento do exercício da cidadania e dos direitos humanos (Narvaz & Koller, 2006), constituindo assim um acontecimento complexo, com a necessidade de uma visão multidisciplinar para a sua melhor compreensão.

1.2. Estilos parentais e maternidade

Nos dias de hoje entende-se a parentalidade como um processo de desenvolvimento dos pais, e não tanto como um papel ou uma função dos mesmos (Coordination des ONG pour les droits de l'enfant, 2011; Daly, 2007; Pereira & Alarcão, 2014). Budd e Holdsworth (1996) sugerem que a “parentalidade minimamente adequada” diz respeito aos critérios a que devem cumprir os juízos referentes à qualidade da parentalidade, sendo apontado como os critérios mínimos que a mesma deve obedecer, no que diz respeito à sua qualidade, sendo visto como um guia de boas práticas, quando o critério da parentalidade ótima não ocorre (Pereira & Alarcão, 2014). Não obstante, este conceito de parentalidade não deve ser visto como uma parentalidade inferior (Edwards, 1995; Tomison, 1998; Pereira e Alarcão, 2014) mas sim como uma preservação dos cuidados mínimos essenciais para a evolução e crescimento saudável da criança.

Como Boisson e Verjus referem (2004, p. 5) “ser pai não é nem um dado biológico nem um dado social, mas o fruto dum processo complexo de maturação psicológica”. No mesmo sentido, Lamour e Barraco indicam (1988, p. 26) que este desenvolvimento se define através de uma evolução de reorganizações psíquicas e afetivas, na expectativa de “tornar-se pais”.

Através das suas pesquisas, Baumrind (1966) definiu a existência de um modelo de classificação de três tipos distintos referentes à parentalidade, sendo eles o autoritativo, o autoritário e o permissivo. Segundo esta autora, os pais autoritários, “modelam, controlam e avaliam o comportamento da criança de acordo com regras de conduta estabelecidas e normalmente absolutas; estimam a obediência como uma virtude e são a favor de medidas punitivas para lidar com aspetos da criança que entram em conflito com o que eles pensam ser certo” (Baumrind, 1966, p. 890). Em oposição, pais permissivos, “tentam-se comportar de maneira não-punitiva e recetiva diante os desejos e ações da criança; apresentam-se para a mesma como um recurso para realização de seus desejos e não como um modelo, nem como um agente responsável por moldar ou direcionar seu comportamento” (Baumrind, 1966, p. 889). Segundo a autora, o estilo autoritativo define-se como o estilo mais adequado, uma vez que, neste tipo de parentalidade, os pais são exigentes e responsivos, existindo assim uma reciprocidade na relação. Desta forma, as crianças devem responder às exigências dos pais, porém estes também aceitam a responsabilidade de responderem aos pontos de vista e exigências razoáveis das suas crianças (Baumrind, 1966).

Alguns estudos referem que os estilos parentais adotados pelos pais, influenciam, em vários aspetos, o desenvolvimento dos filhos, podendo ainda determinar o estilo parental que os mesmos poderão adotar futuramente, havendo uma transmissão intergeracional de estilos parentais (Weber et al, 2004), isto é, uma transmissão de legados, rituais e tradições à geração seguinte, que poderá, ou não, ser consciente (Lisboa, Féres-Carneiro, & Jablonski, 2007). Alguns estudos revelaram ainda a existência de uma correlação positiva entre o autoritarismo de avós e mães, isto é, mulheres educadas pelas suas mães autoritárias, propendem a exercer o mesmo estilo parental com seus próprios filhos (Oliveira et al., 2002).

No que diz respeito ao conceito de maternidade, esta é vista como algo em frequente transformação, uma vez que a mesma assenta num aglomerado de crenças e significados que se vão modificando, em consequência das questões culturais e sociais em que a mulher, a procriação e a criança estão inseridas (Choi, Henshaw, Baker, & Tree, 2005; Molina, 2006). Nesta linha de pensamento, sendo a maternidade apontada como algo que se associa a um fator social, a interpretação e impacto desta é extremamente significativa, uma vez que a mesma se traduz, ao longo do tempo, como o investimento mais poderoso para a autodefinição e evolução da mulher (Molina, 2006).

Para Giampino (2004, p. 18) esta dimensão assume tal importância que considera que “A maternidade é feita de tal maneira que a mulher que a assume penetra num universo mágico, comovente, que a fragiliza e a transforma, que a inquieta e a eleva”. Ou seja, o papel de mãe é considerado como reestruturante e transformador, podendo existir no processo de autodefinição um “antes de ser mãe” e um “depois de ser mãe” (Giampino, 2004, p. 18).

Segundo Nascimento (2003, p. 47) “a maternidade desenvolve-se habitualmente no contexto das famílias e do seu enquadramento social e cultural e, portanto, a atitude da mulher face à gravidez e a importância que lhe é atribuída dependem desse mesmo enquadramento”.

De acordo com Mercer (1991), a adaptação à maternidade é um processo influenciado por diversos fatores, entre eles a idade materna; a perceção da experiência do nascimento; a separação materno-infantil precoce; a autoestima; o autoconceito; a flexibilidade; as posturas na educação da criança; o estado de saúde; a ansiedade; a depressão; a tensão do papel e por último, a relação entre mãe e pai (Allgood & Tomey, 2004).

1.3. Maternidade e estilos parentais em contexto de violência conjugal

A noção de que uma relação saudável dos pais é fundamental para o bem-estar da criança, tem vindo a ser alvo de várias atenções na psicologia familiar ao longo das últimas décadas. Os conflitos interparentais emergem como sendo um preditor primário no ajustamento da criança (Zemp, Bodenmann, & Cummings, 2016).

A parentalidade no decorrer da idade pré-escolar das crianças é crítica, uma vez que é fundamental para a formação da sua autoestima e posterior funcionamento relacional, bem como o ajuste emocional e comportamental (Erez, 1995; Maccoby & Martin, 1983; Youngblade & Belsky, 1995). A Teoria da Vinculação de Bowlby (1988) defende a importância de uma ligação emocional, isto é, a criação de um vínculo seguro, a pelo menos um cuidador primário, uma vez que a mesma é fulcral para o desenvolvimento emocional e social saudável da criança. Desta forma, as privações desta ligação emocional, podem converter-se em comportamentos anormais e em dificuldades da esfera emocional, por parte da criança (Bowlby, 1988).

De salientar ainda que Goeke-Morey, Cummings, Harold, e Shelton (2003) referem que conflitos interparentais dificilmente conseguem ser encobertos, uma vez que as crianças são altamente sensíveis aos conflitos dos seus pais, incluindo aos sinais não verbais de raiva entre estes.

O final de uma relação, não significa por si só o final da parentalidade, já que mesmo após um divórcio, os pais continuam a manter o seu papel de díade parental e coparental. Nos últimos anos, variados estudos apontam para a existência de ligações moderadoras entre a qualidade conjugal e o funcionamento dos filhos (Gadeyne, Ghesquière, & Onghena, 2004). Porém, de acordo com Lamela, Figueiredo e Bastos (2010) estas ligações moderadoras têm vindo a ser refutadas, já que estudos mais recentes têm comprovado que os “percursos desenvolvimentais das crianças podem ser melhor

explicados pela qualidade da coparentalidade e o seu impacto nas relações familiares, do que pela qualidade conjugal e parental per se” (p. 569).

Zemp e colaboradores (2016) consideram existir fatores que comprovam que o conflito destrutivo interparental é considerado como uma forma de *stress* que merece particular atenção no contexto do desenvolvimento infantil. Conflitos parentais que incluam comportamentos de hostilidade verbal e não verbal, comportamentos defensivos e de retirada, comportamentos de ameaça e de agressão física, podem ser destrutivos para as crianças quando os seus pais não procuram resolvê-los (Cummings, Goeke-Morey, & Papp, 2003; Goeke-Morey, Cummings, Harold, & Shelton, 2003).

Estudos recentemente realizados comprovam que os conflitos interparentais são considerados como sendo um risco familiar, mais stressante para a criança do que o divórcio (Lansford, 2009; Zemp et al., 2016), apontando mesmo que estes conflitos parentais podem provocar duas vezes mais risco de ajustamento na criança do que o fim do casamento dos seus pais (Grych & Finchman, 2001; Zemp et al., 2016). Na mesma linha de pensamento, Sturge-Apple, Davies e Cummings (2006), sugerem que a separação do casal, comparativamente com a hostilidade entre o mesmo casal, é um preditor mais poderoso no mau ajustamento da criança.

Múltiplas investigações realizadas, indicam que a violência conjugal é considerada como um importante indicador do risco direto ao abuso a que as crianças destas famílias estão expostas (Farmer & Owen, 1995; Kellog & Menard, 2003; McGee, 2000; Osofsky, 2003; Holt, Buckley, & Whelan, 2008), sendo mesmo referido a existência de uma concordância da presença de abuso doméstico e do fator de risco para abuso das crianças, independentemente da metodologia empregada ou da amostra obtida, das investigações em questão (Holt, Buckley, & Whelan, 2008).

No que se refere à correlação entre a presença de violência conjugal e maus-tratos a crianças, Osofsky (1999) concluiu através dos seus estudos, que a exposição a que crianças são sujeitas, da violência conjugal praticada nos seus lares, representa quinze vezes maior probabilidade das mesmas serem alvo de abuso físico e negligência comparando com crianças que não presenciaram tais acontecimentos (Osofsky, 1999). Na mesma linha de pensamento, Appel e Holden (1998) concluíram através das suas investigações que, em 40% dos casos, os comportamentos violentos contra as mulheres, por parte dos seus companheiros, resultam, também, no abuso físico contra os seus filhos (Appel & Holden, 1998). Beeman, Hagenmeister e Edleson (2001) através do cruzamento de registos policiais com encaminhamentos da proteção infantil, concluíram que episódios de violência dupla, isto é, violência contra a mulher e os seus filhos, ocorrem em mais de 64% das famílias.

Por outro lado, começa a perceber-se que não só as crianças podem ser afetadas pelos contextos violentos, como também os estilos parentais adotados podem ser condicionados pela presença de situações de conflito conjugal. Alguns estudos documentam que a parentalidade pode ser negativamente afetada pela violência conjugal (e.g. Erel & Burman, 1995) (Levendosky et al., 2003).

A importância de um relacionamento próximo com os seus filhos associa-se a um maior apoio da mulher para com as crianças, de forma a que as mesmas se sintam protegidas da ameaça de violência presente no seu lar (Sani, 2004), contudo, outros autores têm vindo demonstrar uma discordância no que diz respeito à saúde mental destas mulheres, como é exemplo Osofsky (1999) que refere que estas mães são afetadas pelos episódios de violência conjugal, originando assim, um défice no relacionamento com os seus filhos (Osofsky, 1999). Já outros autores, como McCloskey e col. (1995), concluem na sua investigação que as mães que são vítimas de violência conjugal apresentam maior

probabilidade de manifestar problemas de saúde mental, porém tal não influencia necessariamente as respostas das crianças ao conflito familiar (McCloskey et al., 1995).

Segundo Osofsky (1999), no decorrer da situação de violência conjugal, o agressor masculino, geralmente o pai, impõe um ambiente autoritário no seio familiar, o que origina sentimentos de maior fragilização na mãe, resultando na sua fraca capacidade de decisão, afetando, desta forma, os seus filhos (Osofsky, 1999). Na mesma linha de pensamento, Webster-Stratton e Hammond (1988) mencionam que a depressão resultante nas mães, vítimas de violência conjugal, é um fator que origina nas mesmas, percepções negativas da criança, assim como grandes níveis de criticismo e autoridade (Webster-Stratton e Hammond, 1988).

Outros estudos referem que pais que se encontrem em situação abusiva, demonstram menor atenção, menor disponibilidade e menor envolvimento com as suas crianças, contrariamente a pais que não se encontrem em tal situação (Holden & Ritchie, 1991).

Zemp e colaboradores (2016) referem nos seus estudos que os conflitos interparentais são provavelmente dos riscos mais prevalentes no seio familiar. É estimado que os conflitos entre casais aumentam após o nascimento de um filho (Gottman & Notarius, 2002; Zemp et al., 2016), com relatos de um aumento de conflitos superior a 50% entre a fase pré-natal e pós-natal (Hanington, Heron, Stein, & Ramchandani, 2012; Zemp, Bodenmann, & Cummings, 2016). De acordo com uma investigação realizada de forma diária, o objeto mais frequente de conflitos entre o casal, diz respeito a tópicos relacionados com as suas crianças (Papp, Cummings, & Goeke-Morey, 2009). Os conflitos na presença das crianças surgem assim como um fator especialmente disfuncional ao nível emocional das mesmas, contudo, comprovou-se que os pais tentam proteger os seus filhos dos seus conflitos, uma vez que os mesmos ocorriam com duas

vezes mais probabilidade, na ausência das crianças do que na sua presença (Papp, Cummings, & Goeke-Morey, 2002).

Apresenta-se de seguida a realização de um estudo empírico com a finalidade de caraterizar e analisar a relação entre as situações de vitimação de mães vítimas de violência doméstica e a influencia que as mesmas podem ter nas suas competências parentais, fundamentado no enquadramento teórico até aqui descrito.

PARTE II - Estudo Empírico

Capítulo II - Vivências da Maternidade de Mulheres Vítimas de Violência Conjugal

2.1 Objetivos

A presente investigação tem como objetivo principal aceder às representações da maternidade de mulheres vítimas de violência doméstica por parceiro íntimo (violência conjugal) e perceber de que forma as suas experiências de vitimação influenciaram os seus papéis como mães e as suas competências parentais. Por outras palavras, pretende-se conhecer em profundidade as representações de um grupo específico de mães e compreender em particular as razões, motivações, ânimos e desânimos associados à maternidade e exercício das práticas educativas num contexto de vitimação. Em específico pretende-se:

- a) Caracterizar as situações de vitimação de mães vítimas de violência doméstica por parceiro íntimo;
- b) Conhecer os significados e sentimentos associados ao exercício do papel de mãe;
- c) Compreender como cada mãe se autodefine no exercício desse papel;
- d) Apurar quais os fatores que influenciam a qualidade da parentalidade exercida;
- e) Apreender as representações das mães sobre o exercício da parentalidade no contexto da violência doméstica;
- f) Perceber como a violência doméstica influenciou a relação com os filhos;
- g) Saber quais as motivações para a saída da relação abusiva.

2.2 Metodologia

Após vários anos de pesquisa sobre esta temática, é cada vez mais perceptível que, a melhor forma de se compreender verdadeiramente o fenómeno da violência conjugal, passa por ouvir os testemunhos dos indivíduos que experienciaram tal situação, como

vítimas, agressores ou mesmo observadores destes acontecimentos (Walker, 2017). Desta forma, o estudo em questão apresenta uma metodologia qualitativa, atendendo aos objetivos pré-definidos.

Para esta investigação foi selecionada a metodologia qualitativa, uma vez que a mesma é a que melhor se enquadra nos objetivos deste estudo, já que é uma abordagem que se foca na recolha dos significados de cada participante, bem como, dos valores que estão presentes e explícitos nesses significados. Por outras palavras, estuda uma realidade que é construída socialmente, mas que assume significações distintas para cada sujeito (Neuman, 1997). Assim sendo, a amostra para este estudo foi composta por mulheres e mães acompanhadas pela FISOOT - Formação, Integração Social e Ofertas de Oportunidades de Trabalho, Crl, que aceitaram participar na realização de uma entrevista. Para a recolha de dados foi elaborado um guião de entrevista semiestruturado com questões abertas.

2.3. Método

O método de recolha selecionado para a presente investigação foi o inquérito através de uma entrevista semiestruturada, uma vez que a mesma apresenta como vantagem a sua elasticidade no que diz respeito à duração, permitindo assim uma cobertura mais ampla sobre determinados temas (Boni & Quaresma, 2005), apropriando-se assim à temática em estudo. Este método é considerado ainda o mais indicado, já que a interação entre o entrevistador e o entrevistado, favorece as respostas espontâneas, possibilitando, desta forma, uma maior abertura e proximidade entre ambos (Boni & Quaresma, 2005).

2.3.1 Participantes

A amostra desta investigação foi constituída por um grupo de 15 mulheres. Para a constituição desta amostra, foram determinados alguns critérios para a inclusão das participantes na mesma. Desta forma, as participantes deste estudo são mulheres mães, que experienciaram na sua vida uma situação de violência doméstica por parceiro íntimo em relacionamento heterossexual.

O recrutamento das mesmas foi levado a cabo na instituição FISOOT e teve em consideração a disponibilidade das participantes assim como da autorização da instituição onde a recolha foi realizada (Anexo IV).

A amostra é então composta por 5 mulheres casadas, 5 divorciadas, 4 solteiras e 1 viúva, residentes no grande Porto, em concelhos como Porto, Maia, Matosinhos, Gondomar e Valongo, com idades compreendidas entre os 29 e os 71 anos. Os restantes dados sociodemográficos podem ser consultados na tabela seguinte (cf. Tabela 1).

Com o decorrer da investigação, verificou-se que um maior número de entrevistas não iria beneficiar a qualidade da informação obtida, nem levaria a uma compreensão mais minuciosa da questão em estudo (Gaskell, 2002), tendo-se assim, limitado o recrutamento da amostra por saturação teórica, uma vez que as/os investigadoras/es averiguaram que os dados obtidos, demonstravam uma certa redundância (Fontanella, Ricas, & Turato, 2008).

Tabela 1

Caraterização sociodemográfica da amostra total (n=15)

Categorias	Subcategorias	n	%
Grupos etários	dos 25 aos 30	1	6,66
	dos 31 aos 40	3	20
	dos 41 aos 50	6	40
	dos 51 aos 60	2	13,33
	dos 61 aos 70	2	13,33
	dos 71 aos 80	1	6,66
Concelhos	Porto	1	6,66
	Maia	6	40
	Matosinhos	5	33,33
	Gondomar	2	13,33
	Valongo	1	6,66
Habilitações literárias	1º Ciclo	7	46,66
	2º Ciclo	3	20
	3º Ciclo	3	20
	Ensino Secundário	1	6,66
	Ensino Superior	1	6,66
Estado civil	Solteira	4	26,66
	Casada	5	33,33
	Divorciada	5	33,33
	Viúva	1	6,66

2.3.2 Instrumentos

Para a recolha de dados foram utilizados dois instrumentos: (i) ficha de dados sociodemográficos; (ii) guião de entrevista semiestruturada.

Através da ficha de dados sociodemográficos (Anexo II) foi possível recolher informação relativamente às participantes (e.g., idade; localidade onde residem; habilitações literárias; categoria profissional; número de filhos; entre outros) de modo a fazer um levantamento dos dados pessoais.

Já através do guião de entrevista semiestruturado com questões abertas (Anexo III), foi possível recolher dados qualitativos, segundo os objetivos anteriormente definidos. A formulação destas questões surgiu a partir da leitura e pesquisa de literatura relacionada com a violência conjugal, assim como parentalidade em contexto de

relacionamento abusivo. A exemplo, foram então colocadas no guião de entrevista, questões como: *“O que significa para si ser mãe?”*; *“De que forma a violência pode ter afetado a função parental em relação ao filho?”*; *“De que forma julga terem sido os filhos afetados pela violência?”*.

2.3.3 Procedimentos

A preparação para este estudo pressupôs a formalização do pedido de colaboração institucional com a FISOOT (Anexo IV). Foi ainda elaborado o guião de entrevista com base na experiência de profissionais e revisão de literatura. Assim, uma vez trabalhado submeteu-se o presente projeto à apreciação da Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa (Anexo V).

Reunidas todas as condições, autorizações e pareceres, deu-se início à investigação, onde se procedeu previamente à seleção das participantes, com a colaboração da FISOOT, que informou as suas utentes da existência do estudo, dos seus objetivos e procedimentos e realizou desta forma o encaminhamento das participantes. Importa salientar que todos os dados e informações recolhidas ao longo da investigação foram armazenados num computador que permaneceu nas instalações da FISOOT, ao qual apenas a investigadora teve acesso, por meio de código fornecido pela entidade. Os agendamentos foram feitos pela psicóloga da FISOOT em função dos atendimentos já previstos por utente, limitando-se a investigadora à recolha de informação prevista pelos instrumentos.

Antes da realização da entrevista semiestruturada, foram dadas instruções às participantes, sobre o objetivo do estudo, a importância da sua participação e a confidencialidade, e foi igualmente entregue o consentimento informado que foi assinado pelas mesmas. As entrevistas foram gravadas em áudio (referido no consentimento

informado) para que houvesse uma maior facilidade de análise das mesmas numa fase posterior e tiveram uma duração aproximada de 30 minutos. Todos estes procedimentos ocorreram nas instalações da FISOOT e foram desempenhados pela investigadora.

Após ser recolhida a informação através do questionário sociodemográfico, estes foram introduzidos numa base de dados, para se proceder à análise estatística, realizada através do programa informático IBM *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS). Os dados qualitativos obtidos através da entrevista semiestruturada foram objeto de uma análise de conteúdo conforme as fases propostas por Bardin (1977), sendo esta bastante empregue na área das investigações qualitativas (Silva & Fossá, 2015). O objetivo passa por analisar o que foi expresso no decorrer das entrevistas, assim como o que é observado pelo investigador, através da construção de categorias que ajudam o investigador a compreender o que está por trás dos discursos dos participantes (Silva & Fossá, 2015).

2.4 Tratamento e análise de dados

Previamente ao início das várias fases da análise de conteúdo, todas as entrevistas foram transcritas cuidadosamente. Desta forma, a primeira fase a ser posta em ação foi a *pré-análise*. Esta etapa diz respeito à leitura geral do material eleito para a análise, elaborando-se assim a organização do material a ser investigado, uma vez que esta sistematização tem como intuito a condução das operações sucessivas da análise, facilitando o trabalho do investigador.

Após a conclusão da primeira fase, segue-se para uma segunda, sendo esta a *exploração do material*, que diz respeito à construção das operações de codificação, tendo em conta os recortes dos textos em unidades de registo, a definição de regras de contagem e a classificação e agregação das informações em categorias simbólicas ou temáticas.

A última e terceira fase desta técnica abrange o *tratamento dos resultados, inferência e interpretação*, uma vez que, esta etapa consiste em alcançar os conteúdos manifestos e latentes presentes no material recolhido. A análise de comparação é concretizada através da justaposição das distintas categorias presentes em cada análise, salientando os aspetos considerados similares como também os que foram entendidos como desiguais.

Não obstante estas fases atuarem como linhas orientadoras, não foi possível obedecer às mesmas rigidamente, uma vez que esta análise deve ocorrer de uma forma flexível tendo em conta a natureza da investigação em concreto (Patton, 1990 citado por Braun & Clarke, 2013).

Os temas que surgiram da análise dos dados serão nesta etapa apresentados. Através da análise das entrevistas realizadas à amostra do estudo em questão, surgiram as seguintes categorias (cf. Tabela 2): (i) percepções acerca dos conceitos de maternidade; (ii) violência; (iii) motivos que justificaram a continuidade na relação abusiva por parte das vítimas; (iv) abandono da relação conjugal abusiva e por fim, (v) maternidade em contexto de violência. Através desta análise surgiram ainda subcategorias relacionadas com cada categoria mencionada anteriormente.

De seguida será apresentada a grelha de análise às entrevistas realizadas, expondo as diferentes categorias obtidas, assim como as suas respetivas subcategorias e resultados extraídos das mesmas. Em cada subcategoria serão adicionados excertos extraídos das entrevistas elaboradas a cada vítima, como também da narrativa interpretativa que descreve a sua história.

Posteriormente à observação dos resultados, será apresentada a discussão dos mesmos. Sempre que seja possível, a narrativa interpretativa das participantes, estará em diálogo com dados da literatura existente.

Tabela 2

Grelha de análise: categorias e subcategorias

Categorias	Subcategorias
A. Perceções acerca dos conceitos de maternidade	A1. Critérios que determinam o que é uma “boa mãe”
	A2. Significações em relação a ser “boa mãe”
	A3. Realização Pessoal
B. Violência	B1. Atos de violência conjugal
	B2. Atos de violência contra os filhos
C. Motivos que justificaram a continuidade na relação abusiva	C1. Ser “boa mulher”
	C2. Dependência material
D. Abandono da relação conjugal abusiva	D1. Motivos que levaram ao abandono da relação conjugal abusiva por parte da vítima
E. Maternidade em contexto de violência	E1. Impacto positivo
	E2. Impacto negativo
	E3. Ausência de impacto

2.5. Apresentação dos resultados

A. Perceções acerca dos conceitos de maternidade

No que diz respeito à categoria das perceções acerca dos conceitos de maternidade, esta foi dividida em duas grandes subcategorias, sendo estas (A1) os *critérios que determinam o que é uma “boa mãe”* e as (A2) *significações em relação a ser “boa mãe”*. Ambas as subcategorias serão devidamente elucidadas de seguida.

A1. Critérios que determinam o que é uma “boa mãe”. Esta subcategoria corresponde a todas as unidades de registo que as participantes foram descrevendo, ao longo das

entrevistas, como os aspetos mais valorizados, pelas mesmas, no exercício das suas responsabilidades parentais.

- *Satisfação das necessidades da criança* ($n = 6$). As participantes realçam a preocupação para com os seus filhos, em ter a capacidade para satisfazer as necessidades dos mesmos, sempre que possível, ainda que para tal se defrontem com certas contrariedades.

“(...) sempre tentei dar-lhes o melhor, mesmo naquela vida de escravidão (...)” (E1);

“(...) fazer o possível por eles e nunca lhes faltar com nada (...)” (E3);

“(...) Preocupar-se com o bem-estar do filho, tentar procurar suprimir as necessidades que a criança tem, não só emocionais como materiais (...)” (E8).

- *Afetividade* ($n = 6$). As mães referem que, na sua perspectiva, acarinhar os seus filhos, protegê-los e demonstrar o seu amor pelos mesmos, quer por uma via mais verbal ou física, é fulcral para que estas crianças se sintam felizes ao longo do seu crescimento.

“(...) Acarinhá-los (...)” (E1);

“(...) é exatamente isso, amar, proteger, cuidar, tratar como se tratássemos de um pedaço nosso, do nosso corpo (...)” (E4);

“(...) ser mãe para mim é ser meiga para os filhos, acarinha-los quando eles devem ser acarinhados (...)” (E5);

“(...) amá-los, acarinha-los e protegê-los ao máximo (...)” (E7);

“(...) sou uma mãe carinhosa e protetora (...), (...) ganhei-lhe um amor que nem tem explicação (...)” (E13);

“(...) na minha opinião uma boa mãe tem de ser uma pessoa que dá carinho, muita compreensão, muitos mimos (...)” (E14)

- *Educar a criança* ($n = 7$). Estas mães, descrevem ser essencial colocar limites aos comportamentos da criança, ou seja, educar, transmitindo ao mesmo tempo, normas sociais de forma a facilitar a sua integração social.

“(...) Tentar-lhes explicar tanto o certo como o errado (...)”, “(...) quando fosse preciso chamar a atenção, chamar (...)” (E1);

“(...) chamar a atenção quando eles devem ser chamados a atenção (...)”, “(...) quando os meus filhos eram mais novos, nós vivíamos num bairro muito problemático e muitos dos amigos deles levaram vidas complicadas. Muitos dizem que tem a ver com sorte, mas eu acho que não, acho que tem a ver com educação (...)” (E5);

“(...) acho que uma boa mãe, para ser boa mãe, tem de ser um bocado dura às vezes, impor limites, não os deixar fazer tudo o que querem porque depois acaba por prejudica-los (...)” (E9).

- *Colocar os interesses dos filhos acima dos seus* ($n = 8$). Este é um dos temas que mais emergiu da análise às entrevistas das participantes. Várias participantes referem ter passado por momentos críticos nas suas vidas, contudo tentaram sempre não descurar da sua maior prioridade, a de realizar de forma positiva todas as necessidades dos seus filhos.

“(...) Ele [filho] para mim está em primeiro lugar. Muitas vezes deixo as minhas coisas de lado para ver o que é que ele está a precisar, para satisfazer as necessidades dele (...)” (E8);

“(...) abduco de qualquer coisa para naquela data poder estar lá, os sacrifícios que eu faço diariamente, as coisas que eu suporto diariamente por ela (...)” (E12).

- *Autonomia da criança* ($n = 2$). Algumas das mães/vítimas refeririam ao longo da investigação que, na sua perspetiva, favorecer a autonomia dos filhos é importante, de forma a que os mesmos sejam independentes quanto adultos, sendo este um dos aspetos fundamentais no exercício da maternidade das mesmas.

“(...) tentar perpetuar e ensinar o melhor para eles para terem defesas para enfrentarem os desafios do mundo (...)” (E8);

“(...) consegui transmitir à minha filha, bons valores (...)” (E14).

A2. Significações em relação ser “boa mãe”. Neste setor, serão explicadas todas as unidades de registo que descrevem as perceções das participantes desta investigação, no que diz respeito ao exercer da sua parentalidade.

– *Perceções da própria* (n = 4). Neste setor, serão explicadas todas as unidades de registo que descrevem as perceções das participantes desta investigação, no que diz respeito ao exercer da sua parentalidade.

“(...) acho que sou uma mãe que talvez devesse passear mais com os meus filhos, não deva ficar com eles tanto tempo em casa (...)” (E3);

“(...) há coisas que devia ‘trabalhar’ mais na minha relação com eles (...)” (E3);

“(...) muita gente diz-me que não tenho muita paciência, que devia ter mais paciência para os meus filhos (...)” (E3);

“(...) o que eu gostaria de ser é uma coisa, o que eu sou é outra e o que eu posso ser é outra (...)” (E4);

“(...) acho que uma mãe deve ser sempre mãe, independentemente daquilo que se esteja a passar na vida dela (...)” (E7);

“(...) uma boa mãe para mim deve impor limites, mas eu sou um bocado fraca em impor limites aos meus filhos, precisava de ser um bocado mais dura às vezes (...)” (E9).

A3. Realização Pessoal. Nesta subcategoria, serão explicadas todas as unidades de registo que descrevem os aspetos relacionados com a realização pessoal de cada uma das mães, resultado do exercício da parentalidade.

- *Felicidade* (n = 6). A felicidade foi, no decorrer das entrevistas, mencionada pelas participantes como um dos critérios que resultam do exercer o papel de mãe. Estas mulheres referem, muitas vezes, não conseguirem explicar o que significa para si serem mães, mencionando que tal é algo que lhes traz bastante satisfação e contentamento.

“(…) é uma alegria muito grande, não tem explicação (…)” (E1);

“(…) sei lá, muita felicidade, nem dá bem para explicar (…)” (E5);

“(…) é uma coisa extraordinária (…)” (E6);

“(…) sinto-me muito feliz por ter os meus filhotes, é uma sensação muito boa, é um cansaço bom (…)” (E9);

“(…) fui muito feliz a partir daí, senti-me completa (…)” (E14);

“(…) não dá bem para explicar, mas é algo de muito bom. Algo que trás muita felicidade (…)” (E15).

B. Violência

No que se refere à categoria violência, esta foi dividida em duas grandes subcategorias, sendo estas os (B1) *atos de violência conjugal* e (B2) *atos de violência contra os filhos*. De seguida, serão devidamente explicadas ambas as subcategorias.

B1. *Atos de violência conjugal*. Nesta subcategoria foram incluídas todas as unidades de registo que descrevem e relatam os atos de violência praticados pelos agressores às mães/vítimas, no decorrer do relacionamento conjugal abusivo com as mesmas.

- *Violência psicológica/ emocional* (n = 11). A violência psicológica e emocional é referida como um dos tipos de violência mais perpetrados no decorrer da relação

abusiva, por parte dos companheiros das vítimas desta investigação. Em grande número, estas mulheres mencionam os diferentes episódios e contextos onde este tipo de violência foi posto em prática, desde ameaças a discursos de humilhação, de forma a fazerem com que estas se sentissem diminuídas, receosas e dependentes emocional e psicologicamente destes agressores.

“(...) eu não dormia à noite porque ele punha a televisão alta mesmo para fazer barulho para eu não dormir (...)” (E1);

“(...) um dia ele estava-me a humilhar e a relatar a vida sexual, a intimidade com essa outra mulher [relação extraconjugual], para me diminuir, para me rebaixar como mulher, a dizer que ela fazia coisas que eu não fazia (...)” (E6);

“(...) eu acabava tudo, mas ele dizia-me coisas tão más, tão más e eu sentia-me tão mal e voltava para ele (...)” (E9).

- *Violência verbal* (n = 4). A violência verbal é um dos tipos de violência que estas mulheres foram relatando, ao longo das entrevistas, como sendo vítimas da mesma, mencionando terem sido várias vezes, no decorrer dos episódios abusivos, insultadas e humilhadas pelos seus companheiros.

“(...) acusava-me e era malcriado, muito malcriado... muitos insultos, mesmo até durante a noite (...)” (E1);

“(...) ele humilhava-me, dizia coisas muito más (...)” (E6);

“(...) foi quando ele me chamou nomes: puta, vaca... começou-me a insultar (...)” (E10).

- *Violência física* (n = 10). Este foi um dos tipos de violência com mais impacto nas vítimas desta investigação. Ao longo das entrevistas estas mulheres foram relatando vários episódios de violência física perpetrados pelos seus companheiros, como estalos, murros, entre outros, assim como destruição de objetos, de onde resultaram

mazelas físicas nestas vítimas. De todos os tipos de violência conjugal, este é, sem dúvida, o mais recorrente nesta amostra e o que mais afetou as vítimas assim como os seus filhos.

“(...) quando a segunda agressão aconteceu, eu fiquei pisada no rosto (...), (...) eu não fui ao hospital, mas devia ter ido porque fiquei com o nariz desnivelado (...)” (E3);

“(...) um dia cheguei a casa e não conseguia abrir a porta porque ele tinha a chave do outro lado, então batia à porta e ele abriu e a casa estava toda escura (...) e quando eu entro ele dá-me um murro, bateu-me logo ali (...)” (E5);

“(...) começou-me a empurrar para ir embora, eu não ia e ele começou-me a bater (...)” (E9);

“(...) quando estava grávida da minha filha, apanhei muito dele (...)” (E10);

“(...) traía-me, era agressivo, enervava-se e atirava com coisas ou partia (...)” (E13).

- *Controlo / “Stalker”* (n = 5). O controlo constante foi um dos tipos de violência de que estas mulheres foram vítimas no decorrer da relação abusiva. Testemunhos das mesmas referem que estas eram constantemente controladas e vigiadas pelos seus companheiros, assim como vítimas de frequentes desconfianças e ciúmes por parte dos mesmos, resultando no seu isolamento e ausência de socialização com familiares e amigos, sentindo-se pressionadas e interditas a qualquer contacto com outras pessoas que não os agressores.

“(...) no início quando eramos casados e o meu filho ainda não era nascido, vi que o meu marido era muito desconfiado (...), (...) «Esteve aqui alguém? Esteve aqui alguém?», sempre a desconfiar (...), (...) porque eu andava com outros homens, na cabeça dele (...)” (E1);

“(...) ele sempre foi muito controlador, eu nunca podia sair para lado nenhum, não podia ir a um café, não tinha uma amiga... porque ele não gostava (...)” (E5);

“(...) ele começou a ficar muito agressivo comigo, ele saía de casa e fechava a porta a chave (...)” (E6).

- *Obrigação sexual* (n = 1). No decorrer das entrevistas, a obrigação sexual emergiu como sendo um dos tipos de violência perpetrados na relação conjugal abusiva. Apenas uma participante mencionou ter sido alvo de pressão sexual por parte do seu companheiro, isto é, ter sido pressionada e obrigada a ter relações sexuais com o mesmo.

“(...) às vezes ele queria... lá está, ele era um rapaz novo, eu também era, mas não tinha saúde. Ele procurava-me na cama e obrigava-me (...)” (E5).

B2. Atos de violência contra os filhos Nesta subcategoria foram incluídas todas as unidades de registo que descrevem os atos de violência praticados pelos agressores às mães/ vítimas, assim como aos seus filhos e/ou na presença dos mesmos ou outros.

- *Atos de violência na presença dos filhos ou outros* (n = 13). Ao longo das entrevistas, este foi um dos pontos mais referenciados pelas vítimas, uma vez que estas mencionam que os/as seus/suas filhos/as sofreram várias consequências, quer a nível psicológico, quer a nível físico, que resultaram do testemunho das agressões dos seus pais às suas mães, sendo este um dos tópicos mais relatado e salientado pelas mesmas. Estas vítimas referem ainda que os episódios abusivos ocorriam bastantes vezes na presença dos seus filhos ou outros, como por exemplo, nos seus locais de trabalho, uma vez que os agressores não apresentavam qualquer pudor ou preocupação para com os seus descendentes ou restantes testemunhas.

“(...) se tivesse que me bater, batia, quer eles [filhos] estivessem lá ou não. Eles presenciaram muita coisa (...)” (E2);

“(...) com a agravante desta vez não se importar de me agredir à frente do meu filho (...)” (E4);

“(...) no outro dia de manhã ele continuou na cozinha a chatear-me até que eu respondi e ele agrediu-me novamente, com o meu filho no meio (...)” (E4);

“(...) uma vez agrediu-me na minha loja e as pessoas viram e chamaram a polícia (...)” (E5).

- *Atos de violência contra os filhos (n = 3).* No decurso da investigação, ainda que em reduzida quantidade de situações, estas mulheres relatam que as agressões realizadas aos seus filhos se deveram, sobretudo, à intervenção dos mesmos em momentos de abuso por parte destes agressores às suas mães, isto é, quando os filhos correram em sua defesa, assim como de forma a atingir as mesmas.

“(...) o meu ex-marido meteu-me as mãos ao pescoço e o meu filho viu e foi defender-me e o pai virou-se a ele (...)” (E1);

“(...) eles [filhos] também sofreram de violência (...), (...) o meu filho mais velho, uma vez quando tinha 16 anos, ele bateu-lhe e chamou-o de desnaturado (...)” (E4);

“(...) porque o pai usou a minha filha, contra mim, para me atingir (...)” (E14).

- *Impacto da violência nos filhos (n = 11).* Relativamente a esta questão, ao longo de todas as entrevistas, as vítimas referiram regularmente os vários impactos negativos sobre os seus filhos, resultado da violência vivenciada nos seus lares. Referem principalmente questões relacionadas com impacto psicológico, uma vez que descrevem situações em que os seus filhos demonstraram episódios de maior tristeza, irritabilidade e instabilidade emocional, necessitando de recorrer a apoio psicológico de forma a atenuar e amenizar estes impactos causados ao longo da sua infância. Estas vítimas realçam ainda que os/as seus/as filhos/as, principalmente do género

masculino, exibiriam mais comportamentos agressivos após o testemunho e a vivência dos episódios de violência.

“(...) a minha filha ficava muito nervosa, porque ele nunca respeitou a presença dela (...), (...) ela ficava nervosa, chorava, gritava e pedia para o pai parar, com dois anos ela já tinha essa noção (...)” (E6);

“(...) sim afetou... tanto que foi necessário ele ter consultas de psicologia. E ainda hoje precisa. Ainda hoje ele lembra-se de muito das coisas, das brigas dos pais e tudo. Ele nunca esquece. Ele tem sempre aquilo ali, na cabecinha dele (...)” (E9);

“(...) isso afetou-a (...) a minha filha teve que ser seguida em psiquiatria... Porque fez depressão (...)” (E14);

C. Motivos que justificaram a continuidade na relação abusiva

No que diz respeito à categoria dos motivos que justificaram a continuidade na relação abusiva por parte das vítimas, esta foi dividida em duas subcategorias, sendo estas o (C1) ser “boa mulher” e (C2) a *dependência material*. Ambas subcategorias serão devidamente esclarecidas de seguida.

C1. Ser “boa mulher”. Na presente subcategoria, serão incluídas todas as unidades de registo que descrevem os motivos que justificaram a permanência das mães/vítimas na relação conjugal abusiva, a um nível social, mais concretamente do dever que estas percecionam como sendo o dever como mulher.

- *Vergonha* (n = 2). A vergonha surge como um dos motivos que estas mães/vítimas apresentam como sendo uma justificação para terem permanecido na relação conjugal abusiva. Referem que revelar, perante a sua família e a sociedade, serem vítimas, era algo que as constrangia, optando por não denunciarem nem recorrerem a qualquer

tipo de ajuda para finalizarem a relação de violência, acabando por aceitar as consequências da mesma.

“(...) mas na altura era uma vergonha uma mãe solteira, por isso tive de casar (...)” (E1);

“(...) eu não fui ao hospital e devia ter ido porque fiquei com o nariz desnivelado e não fui porque isso implicava dar a cara, que os meus pais tivessem conhecimento (...)” (E4).

- *Pressão psicológica* (n = 1). Apenas uma vítima apresentou a pressão psicológica, por parte do seu agressor, como justificação para a continuidade da relação de violência. A mesma referiu que por várias vezes tentou terminar a relação, contudo o seu companheiro persuadiu-a de forma a que a mesma não o fizesse, resultando na continuidade da mesma.

“(...) eu já não queria estar com ele e eu acabava tudo, mas ele dizia coisas tão más, tão más e sobre o nosso filho e eu sentia-me tão mal e voltava para ele (...)” (E9).

- *Proteção dos filhos* (n =1). A proteção dos seus filhos como justificação para a continuidade na relação abusiva, por parte das mães/vítimas, foi um dos fatores que as mesmas mencionaram. Ainda que tal justificação pareça ligeiramente contraditória e que a mesmas tenham sido referidas em pequena quantidade, estas mulheres relatam que, ao abandonarem a relação e, conseqüentemente, ao retirarem os seus filhos do seu pai, estariam a prejudicar as crianças, uma vez que, as mesmas iriam sofrer com a ausência dos progenitores.

“(...) estive casada com ele 12 anos e muito eu deixei andar por causa da minha filha. Tinha medo de a minha filha sentir a falta do pai (...)” (E14).

- *Dever Social* (n = 2). A ideia de que a instituição do casamento deve ser algo para sempre, levou a que algumas destas mulheres adiassem durante muito tempo a

finalização da relação abusiva. Mencionam ao longo das entrevistas que, apesar de toda a situação de violência, não pensavam em separar-se dos seus companheiros, isto porque sempre lhes foi incutido que o divórcio é algo negativo e completamente rejeitado e conseqüentemente, sentiam que não iriam conseguir reconstruir a sua vida com a sua idade.

“(...) eu própria julguei, anos atrás, que quem casa é até ao fim (...)” (E1);

“(...) nunca me divorciei... não sei... já estávamos casados há muitos anos, que tínhamos uma vida boa (...)” (E5).

- *Tentativa de reconstruir a relação por parte da vítima (n = 4).* Segundo relatos de algumas das vítimas, apesar do sofrimento pelo qual passavam, estas permaneciam na relação conjugal abusiva na esperança que os seus companheiros modificassem o seu comportamento agressivo, e que a sua relação tivesse desta forma, um novo começo.

“(...) pedia a reforma, com a intenção que as coisas iam melhorar. Pensei que ao estar em casa já não ia acontecer tanto isso (...) mas não, continuou (...)” (E1);

“(...) estive três anos separada desta pessoa, e quando voltei a acreditar, a aceitar e a perdoar, e entre conhecer uma pessoa nova, vou dar uma oportunidade outra vez (...)” (E4);

“(...) esta minha sede de «desta vez vai correr tudo bem», deixava que as coisas acontecessem (...)” (E13);

“(...) isto já começou mal, mas eu gostava tanto dele que tentei que a relação desse certo (...)” (E15).

C2. Dependência material. Esta subcategoria debruça-se sobre as unidades de registo que dizem respeito aos motivos e justificações de carência económica, que levaram as vítimas a permanecer na relação conjugal abusiva.

- *Carência económica* (n = 5). Uma das razões mais mencionadas pelas vítimas para a continuidade na relação abusiva, é à carência económica das mesmas, uma vez que referem que a falta de capacidade económica representaria um entrave para colocar um fim à relação conjugal. Baixos ordenados/reformas e falta de emprego, são alguns dos fatores que levaram estas mães a não conseguir sustentar um lar sem o apoio financeiro dos seus companheiros agressores, subjugando-se desta forma aos mesmos e ao relacionamento abusivo.

“(…) eu não tinha para onde ir, tenho 300 euros de reforma, não dava para nada (…)” (E5);

“(…) eu aguentei muito tempo a relação por causa dela, pela minha filha, eu não tinha trabalho nem tinha para onde ir (…)” (E6);

“(…) eu tinha medo de separar dele, tinha medo de enfrentar tudo sozinha, despesas e sustentar uma filha sozinha (…)” (E7).

D. Abandono da relação conjugal abusiva

No que diz respeito à categoria de abandono da relação conjugal abusiva, esta estende-se para a subcategoria (D1) *Motivos que levaram ao abandono da relação conjugal abusiva por parte da vítima*, onde de seguida será devidamente explicada.

D1. Motivos que levaram ao abandono da relação conjugal abusiva por parte da vítima. Nesta subcategoria serão desenvolvidas e explicadas todas as unidades de registo em que as vítimas descreveram o que as levou a abandonar a relação conjugal abusiva.

- *Apoio / aprovação familiar* (n = 2). Este tópico surgiu da análise das entrevistas como um dos motivos que levaram as vítimas a abandonar a relação de violência. Estas mulheres referem que o apoio familiar assim como a sua aprovação, foi, sem dúvida,

um dos fatores que levou as mesmas a tomar a decisão final de terminar a relação conjugal abusiva, separando-se dos seus agressores.

“(...) o facto dos meus pais estarem cá na altura, ajudou muito, porque eu não tinha apoio familiar e quando eles souberam o que se passava, ajudaram-me sempre (...)” (E8);

“(...) um dia falei com a minha filha, expliquei-lhe a situação e ela concordou comigo. Ela disse «mãe, é melhor». Fiquei à espera da aprovação dela para pôr um ponto final (...)” (E14).

- *A pedido dos filhos* (n = 1). Este foi um dos fatores menos referenciados pelas participantes, no que diz respeito aos motivos que levaram as mesmas a terminar a relação abusiva, ainda assim, foi possível perceber, através apenas de uma participante, que o a mesma abandonou a relação de violência a pedido do seu filho.

“(...) quando eu fui agredida novamente o meu filho pediu para sair, e eu disse que sim (...)” (E4).

- *Proteção dos filhos* (n = 2). Segundo os testemunhos das mães/vítimas desta investigação, estas referem, ainda que em pouco número, que um dos motivos dos quais as levaram a abandonar a relação abusiva, passou pela proteção dos seus filhos/as, uma vez que as mesmas sentiram que estes estariam a ser prejudicados pela situação em causa, assim como não queriam que os mesmos crescessem num ambiente de violência.

“(...) já não era possível os meus filhos viverem naquela situação... não dava mais (...)” (E2);

“(...) porque eu não queria que a minha filha vivesse no meio da violência (...)” (E7).

- *Intolerância à violência / ‘saturação’* (n = 5). A não tolerância à violência e a saturação desta, foi mencionada como um dos fatores que levaram as participantes a terminar e abandonar a relação conjugal abusiva. Este tópico emergiu após as mesmas referirem que, posteriormente aos atos de violência perpetrados pelos seus companheiros, não conseguiriam aceitar que tal situação decorresse ao longo das suas vidas, optando assim pelo término da relação agressiva.

“(...) tentei, lutei, mas um dia acordei e pensei que não podia ser. Não podia ser uma vítima toda a vida (...)” (E1);

“(...) hoje levo um estalo, amanhã tenho uma faca espetada no peito. Não quero ser mais uma vítima. A minha mãe também foi vítima, não queria ter a mesma vida que ela (...)” (E3);

“(...) cheguei a uma altura que eu já não aguentava mais (...), (...) até não suportar (...)” (E6);

“(...) mas já não aguentava mais e acabei por sair. As coisas já não estavam a resultar entre nós e a relação não era saudável. Preferi sair (...)” (E9);

“(...) foi se calhar ver com outros olhos a pessoa que ele era (...), (...) quando descobri as coisas que ele fazia, o meu amor começou-se a transformar em raiva e nojo (...)” (E13).

E. Maternidade em contexto de violência

A atual categoria diz respeito às consequências que resultaram da maternidade exercida em contexto de violência, dividindo-se em três subcategorias, como (E1) *impacto positivo*, (E2) *impacto negativo* e (E3) *ausência de impacto*. De seguida, as mesmas serão apropriadamente elucidadas.

E1. Impacto positivo. A presente subcategoria prende-se no desenvolvimento de todas as unidades de registo que descrevem o impacto positivo que resultou do exercer o papel de mãe, por parte das vítimas, em contexto de violência conjugal.

- *Educar os filhos à não violência* (n = 2). Um dos impactos positivos que as participantes mencionam como tendo resultado do exercer da maternidade em contexto abusivo, prende-se no facto das mesmas educarem os seus filhos à não violência, isto é, inculcar nos mesmos que, apesar da situação abusiva existente nos seus lares, deveriam atuar de forma oposta nos seus relacionamentos futuros, demonstrando assim que a violência é vista como algo negativo e condenável. Estas mulheres referem ainda que, não só pretendem que os seus filhos não se tornem agressores como que as suas filhas não se tornem, igualmente, vítimas, tal como estas.

“(...) as coisas negativas que eu passei, também se calhar ajudaram os meus filhos, para eles olharem para as minhas cedências e perceberem que nenhuma mulher deve ceder o que cedi e perceberem que muitas coisas não devem acontecer. Tenho quase a certeza absoluta que eles nunca farão a uma mulher aquilo que a mãe passou (...)” (E4);

“(...) quero que ela [filha] seja responsável (...) e para se um dia passar pelo que eu passei, puder sair da relação e ao mesmo tempo não quero que o meu filho seja igual ao pai (...)” (E7).

- *Efeitos positivos na relação mãe – filho* (n = 1). Os efeitos positivos na relação entre mãe e filho foi um outro fator que resultou da análise das entrevistas no que diz respeito à maternidade em contexto violência. As participantes referem que a situação de abuso vivenciada nos seus lares, resultou, de uma forma positiva, na aproximação destas com os seus filhos, assim como uma maior proteção entre ambos.

“(...) talvez isto nos tenha aproximado mais (...)” (E8).

- *Suporte emocional na relação entre mãe e filhos* (n = 2). As mães/vítimas referem ainda que as situações de violência conjugal vivenciadas pelas mesmas, foram, de uma forma mais indireta, potenciadoras e reforçadoras de um maior suporte emocional destas para com os seus filhos assim como o oposto. Contudo e

simultaneamente, uma participante refere ter experienciado duas situações distintas, uma vez que, após os episódios de violência por parte do seu companheiro, obteve apoio da sua filha enquanto que o seu filho adotou um comportamento mais distante, já que o mesmo dependia profissionalmente do agressor.

“(...) nesse aspeto o amor dos meus filhos sempre foi o que me completou ainda mais, nestas alturas de vulnerabilidade. Porque eu sou o apoio deles, eles sempre foram o meu, sem dúvida nenhuma (...)” (E4);

“(...) eu acho que afetar diretamente a minha relação com os meus filhos, não afetou. Só afetou na minha cabeça. A minha filha amparou-me, mas o meu filho nem tanto. Mas eu até compreendo, o meu filho trabalha com o pai, dependia dele (...)” (E5).

E2. Impacto negativo. Esta subcategoria refere-se a todas as unidades de registo que relatam os impactos negativos que resultaram do exercer da maternidade em contexto de violência conjugal, por parte das participantes desta investigação.

- *Efeitos negativos na relação mãe-filho* (n = 3). No que diz respeito aos impactos negativos na maternidade em contexto de violência, ainda que em pouco número, algumas participantes referem que a sua situação abusiva originou efeitos negativos na sua relação para com os seus filhos. Uma das participantes refere que o agressor apresentava comportamentos de manipulação para com o seu filho com o intuito do mesmo se afastar da vítima, resultando assim num distanciamento entre ambos. Do mesmo modo, outra participante refere que toda a vivência de violência a afetou negativamente de forma a que a própria se distanciasse dos seus filhos, criando desinteresse pelos mesmos.

“(...) eles foram afetados, principalmente o meu filho, mas porque o pai o virava contra mim e hoje em dia temos pouca ligação (...)” (E7);

“(...) [impacto da violência na relação mãe-filho] afetou um pouco, mas eu tentava fazer sempre o melhor por eles (...)” (E10);

“(...) eu andava sem paciência e às vezes era mais impulsiva com o meu filho e ficava-me a sentir mal depois (...)” (E11).

E3. Ausência de impacto. A subcategoria em questão, corresponde a todas as unidades de registo onde são descritas as questões relacionadas com a ausência de impacto vivenciadas pelas vítimas e os seus filhos, no decorrer da relação conjugal abusiva.

– *Manutenção da relação mãe-filho(s) pré-existente* (n = 2). Algumas participantes referem que, apesar de toda a situação de violência que experienciaram, não alteraram os seus comportamentos e/ ou formas de estar para com os seus filhos, mantendo-se semelhantes quer anteriormente, quer posteriormente às vivências abusivas.

“(...) acho que não afetou. Eu sempre tive pouca paciência, acho que não foi por ter passado por esta situação com o meu ex-companheiro que mudei (...)” (E3);

“(...) sempre fui igual com a minha filha, sempre fui a mesma (...)” (E6).

“(...) a nossa relação sempre foi sólida, boa, eu consegui com que a nossa relação fosse sempre boa, apesar de tudo (...)” (E14).

2.6. Discussão dos resultados

As percepções das participantes relativamente aos critérios de ser boa mãe evidenciam a importância atribuída à satisfação das necessidades dos filhos e à colocação dos seus interesses acima dos seus. Estas realçam a importância da preocupação para com os mesmos, assim como a capacidade para suprimir as suas necessidades, sempre que possível, ainda que para tal se defrontem com certas contrariedades. Estes dados vêm assim dar resposta a uma das questões desta investigação, que se refere à apreensão das representações destas mulheres, relativamente aos seus papéis como mães. Neste sentido, tal como Correia (1998) refere, a partir do momento em que a mulher passa a ser mãe, “começa a considerar-se a criança o objeto de valor privilegiado na atenção materna; insiste-se em que a mulher se sacrifique para a melhor qualidade de vida do seu filho” (p. 368). Segundo um estudo realizado com mães vítimas de violência doméstica, conduzido por Lapierre (2010), é referido pelas mesmas que uma “boa mãe” coloca sempre as necessidades dos seus filhos em primeiro lugar, independentemente das suas próprias necessidades. Esta ideia vai de encontro aos papéis de género socialmente impostos à mãe/mulher, nomeadamente a manutenção da união familiar, assim como do seu cuidado e bem-estar, contrariamente ao pai/homem a quem são atribuídas a autoridade, mediação, respeitabilidade e proteção familiar, vindo reforçar a ideia socialmente definida, como certos autores referem, das “normas da maternidade” que apontam para um modo mais adequado e concreto de ser mãe, num determinado contexto sociocultural (Sarti, 2002).

Estas mães referem ainda que, nas suas percepções, uma “boa mãe” deve demonstrar afeto pelo seu filho, de forma a que o mesmo se sinta querido e integrado no seu seio familiar, contudo complementam este fator com o educar e promover a autonomia da criança, isto é, nas suas visões, uma boa parentalidade passa não só por

confortar e acariciar a criança, como repreender a mesma sempre que tal seja necessário de forma a que a mesma vá adquirindo princípios e convicções de crescimento pessoal. Através destes resultados, é nos possível dar resposta a um objetivo ao qual nos propusemos alcançar através deste estudo e que passa por compreender como cada destas mães se autodefine no exercício desse papel. Desta forma, estes resultados confirmam o que Baumrind (1971) nos descreve como um tipo de parentalidade “*authoritative*”, isto é, neste tipo de práticas educativas, os pais controlam, apoiam e encorajam a independência dos seus filhos, e simultaneamente impõem regras que devem ser respeitadas, sendo exigentes e atentos para e com os mesmos (Montandon, 2005).

A felicidade foi, no decorrer das entrevistas, mencionada por estas mulheres como algo que resulta do exercer o papel de mãe. Estes dados demonstram-nos desta forma, quais os significados e sentimentos associados ao exercício de papel de mãe, relativamente a estas mulheres. As mesmas referem, muitas vezes, não conseguirem explicar o que significa para si serem mães, mencionando que tal é algo que lhes traz bastante satisfação e contentamento. Contudo, foi perceptível que estas mães, apesar de se sentirem realizadas pessoalmente e felizes, consideram, simultaneamente, que deveriam alterar e/ou melhorar certos comportamentos e formas de parentalidade, de modo a estabelecer uma relação estável e adequada com os seus filhos. Estes dados são concordantes com a literatura, uma vez que, como refere, por exemplo, Giampino (2000, p.75), “Nascer rapariga, tornar-se mulher, optar por ser mãe, este percurso não é traçado pela natureza”, sendo que a maternidade pode ser reconhecida pela mulher como um sucesso e satisfação pessoal, assim como um grande contentamento, mas apenas quando esta se torna mãe é que “uma mulher compreende até que ponto ela pode estar ao mesmo tempo feliz e angustiada, até que ponto se pode sentir tão orgulhosa quanto deprimida” (ibidem p.18) (Coelho, 2009).

No que diz respeito ao objetivo de caracterizar as situações de vitimação destas mães, é possível perceber, através dos resultados obtidos, que as mesmas foram alvo de episódios de variados tipos de abuso, nomeadamente violência psicológica/ emocional, violência verbal, violência física, controlo por parte dos seus companheiros e ainda violência sexual. Através dos seus relatos e no que diz respeito aos episódios de violência psicológica, emocional e verbal, foi possível compreender que, as mesmas se sentem diminutas, receosas e dependentes emocional e psicologicamente destes agressores, resultado deste tipo de abuso. Estes dados correspondem com a literatura existente, já que a mesma menciona que a forma mais comum de abuso perpetrado pelos agressores nas relações de violência conjugal, são as agressões verbais e psicológicas (Moreira, 2003). O agressor tende a pôr em prática este tipo de violência com o intuito de denegrir a imagem da vítima, para que a mesma se venha a sentir desprezada e sem qualquer valor (Monteiro & Souza, 2007) gerando que algumas vítimas, considerem as humilhações, ameaças e ofensas constantes, uma agressão emocional tão grave quanto a violência física. As vítimas relatam que estas agressões perturbam a sua autoestima, assim como a sua segurança e a sua autoconfiança, o que as leva a referir que a parte mais negativa deste tipo de abuso não é a violência em si, mas a tortura mental e convivência constante com o medo e o terror (Organização Mundial de Saúde, 1998, citado por Silva, Coelho, & Caponi, 2007), levando-as a sentir receio e dúvida na tomada de decisões (Wilhelm & Tonet, 2007). Estes dados vão, simultaneamente, corresponder aos resultados obtidos na análise relativa à pressão psicológica, que as vítimas desta investigação, consideram como sendo um dos motivos que as levou ao não abandono do relacionamento violento, uma vez mencionarem que a constante manipulação e pressão psicológica dos seus companheiros, origina a sua inabilidade de retirada da relação, dando assim resposta a um

dos objetivos deste estudo, relativo às motivações que levam estas mulheres a abandonar a relação abusiva

Ainda relativo ao objetivo de caracterização das situações de violência, os resultados obtidos referentes à violência física mostram-nos de que este é, sem dúvida, o tipo de violência mais comum e presente nas experiências conjugais abusivas destas mães, causando nas mesmas mazelas significativas. Segundo o manual pluridisciplinar sobre a violência doméstica realizado pelo CEJ e CIG (2016), este tipo de violência física é bastante referido no que diz respeito a agressões como murros, estalos, pontapés, entre outros comportamentos que se podem estender desde formas menos graves de violência física, até formas profundamente graves, de onde resultam lesões severas, incapacidade permanente ou mesmo a morte da vítima.

Dentro ainda do mesmo objetivo, é possível perceber que estas mães vítimas, experienciaram episódios de constante controlo e *stalking* por parte dos agressores, mostrando-nos assim que estas eram bastante controladas e vigiadas pelos seus companheiros resultando no seu isolamento e ausência de socialização com familiares e amigos, sentindo-se desta forma pressionadas e interditas a qualquer contacto com outras pessoas que não os agressores. Estes dados relacionam-se com a literatura existente, visto que a mesma nos refere que vítimas que são expostas a um controlo constante durante longos períodos de tempo, serão associadas a efeitos mais prejudiciais do seu bem-estar (Purcell, Pathé, & Mullen, 2004), relatando mesmo sentirem-se “emocionalmente ou fisicamente violadas” ainda que o ato em si não ocorra, do mesmo modo referem sentir-se “atentadas psicologicamente” (Hall, 1997; Cupach & Spitzberg, 2000; Mullen, Pathé, & Purcell, 2000; Goldsworthy & Raj, 2014).

No que diz respeito aos resultados obtidos sobre a violência sexual perpetrada pelos agressores às participantes, foi possível perceber, através da descrição das mesmas,

que, no contexto da relação abusiva, a sexualidade foi vista como algo obrigatório e imposto pelo agressor. De acordo com Debert (2014), a questão da sexualidade, mais concretamente o ato sexual, manifesta-se, no âmbito da relação, como sendo uma obrigação da mulher perante o seu companheiro, tal como da mesma forma que esta deve cuidar do lar e dos filhos, deve também estar sempre predisposta a satisfazer as necessidades sexuais do marido (Debert, 2014, citado por Queiroga, Magalhães, & Nogueira, 2016). Estes episódios, vêm-nos caracterizar assim, mais um tipo de violência a que estas mulheres eram alvo nos seus relacionamentos abusivos.

No que diz ainda respeito à caracterização dos atos de violência, estas vítimas referem a ocorrência de frequentes episódios de agressão perpetrada pelos companheiros, contra às participantes, na presença dos seus filhos. Segundo estas mães/vítimas, os agressores não apresentavam qualquer tipo de preocupação e precaução por estas crianças, o que originava que estas situações se desenrolassem perante as mesmas, provocando-lhes assim, variadas implicações negativas. Deste modo, é possível perceber que tais acontecimentos vão de encontro com a literatura, já que, de acordo com os resultados extraídos de uma investigação realizada a mães vítimas de violência conjugal, estes agressores tendem a agredir as vítimas na presença dos seus filhos, bem como de outros, de forma a diminuir as mesmas no seu papel de mãe, demonstrando assim que estas não são capazes de se defender a si mesmas, e conseqüentemente não serão capazes de defender os seus filhos (Lapierre, 2010).

No que se refere aos atos de violência praticados pelos agressores aos seus filhos, os resultados obtidos da análise das entrevistas às vítimas dizem-nos que os companheiros agrediram fisicamente os seus filhos em consequência das agressões às mesmas, o que corresponde com os dados da literatura existente, uma vez que a violência perpetrada contra a mulher, por parte do seu companheiro, poderá ter implicações tanto para a mãe

como para a criança (Hester, Pearson, & Harwin, 2000; Jaffe & Juodis, 2006). Percebe-se que, nalgumas situações os filhos poderão ser abusados pelo seu progenitor, como forma do próprio abuso contra a mulher (Hester, Kelly, & Radford, 1996; McGee, 2000; Holt, Buckley, & Whelan, 2008), levando a que haja uma certa confusão entre abuso infantil e violência doméstica, uma vez que, em alguns casos, é a intenção do agressor que o mau trato da criança tenha desta forma um impacto na mãe/vítima (Holt, Buckley, & Whelan, 2008).

A análise ao impacto da violência conjugal nos filhos das participantes desta investigação, revelam-nos que estas crianças sofreram danos negativos, resultado da violência vivenciada nos seus lares. Estas mães referem questões relacionadas com impacto psicológico, episódios de maior carência e sensibilidade emocional e afetiva, como ainda realçam o aumento dos comportamentos agressivos dos seus/as filhos/as, principalmente do género masculino, após o testemunho. Os resultados obtidos desta análise, correspondem com a literatura existente, uma vez que, segundo múltiplos estudos, as crianças tendem a responder a um nível emocional, comportamental e psicológico a comportamentos destrutivos no seu seio familiar, provocando danos no seu desenvolvimento (Zemp et al., 2016). De acordo com uma investigação realizada em 2003 pelo Judicial Council of California Administrative Office of the Courts Center for Families, Children, & the Courts, filhos do género masculino, após vivenciar situações de violência entre os seus pais, tendem a ter comportamentos mais agressivos para com os outros, assim como atitudes mais hostis, ao contrário das raparigas que geralmente mostram mais evidências de perturbações psicológicas, como depressão e queixas sintomáticas.

Ainda de acordo com Stephens (1999), crianças que são expostas a situações de violência entre os seus pais, ainda que não sejam alvo das mesmas, tendem a exibir

comportamentos e sintomas como se das vítimas se tratassem. A mesma autora refere do mesmo modo que estas crianças desenvolvem, frequentemente, questões de internalização, tais como, depressão, ansiedade e sintomas psicossomáticos e/ou questões de carácter de externalização, como agressividade, hiperatividade e comportamentos delinquentes e de desafio (Jaffe, Wofl, & Wilson, 1990 citado por Stephens, 1999). Carneiro e colaboradores (2017) referem igualmente que o testemunho por parte de adolescentes à violência intrafamiliar, aumenta as probabilidades de os mesmos apresentarem problemas comportamentais e até mesmo sintomas psicológicos. Existem ainda estudos que mostram que crianças, entre os 3 e os 5 anos, que vivem em situações de violência familiar, tendem a revelar mais indícios de trauma e sintomas dissociativos, (Rossman, 1998) assim como baixa autoestima, disfunção social e altos níveis de depressão e ansiedade comparando com crianças que não experienciaram episódios de violência nos seus lares (Fantuzzo et al., 1991; Hughes, 1988; Hughes & Barad, 1983; Stagg, Wills, & Howell, 1989).

Os resultados extraídos da análise referente à continuidade da relação abusiva por parte das vítimas, de forma a proteger os seus filhos, demonstram-nos que, tal como Stephens (1999) indica, uma das “armadilhas”, que suportam a ideia de que estas vítimas não devem abandonar a relação abusiva, prende-se ao facto das mesmas manterem a convicção (frequentemente correta), de que os seus filhos amam o pai/agressor. A autora refere ainda que, como consequência deste acontecimento, estas vítimas desenvolvem sentimentos contraditórios, uma vez que, por um lado desejam abandonar a relação abusiva, contudo por outro, sentem que os seus filhos amam os seus progenitores e ao retirá-los da sua vida, lhes irão causar danos emocionais. Desta forma, estas mulheres encontram-se muitas vezes num dilema, sentindo que, em qualquer um dos cenários, não

conseguirão manter os seus filhos seguros, nem os nutrir emocionalmente, na sua plenitude.

O dever social e a vergonha foram um dos outros fatores enaltecidos por estas vítimas como justificação para a continuidade na relação conjugal abusiva. Estes dados indicam-nos que para estas mulheres, revelar perante a sua família e a sociedade, serem vítimas, era algo que as constrangia, mantendo desta forma a ideia de que a instituição do casamento deve ser algo para sempre. O que nos leva ao encontro com a literatura, uma vez que, segundo Wilhelm e Tonet (2007), estas mulheres preservam o seu casamento em nome de conceitos e valores antigos, como por exemplo, “*depois de casada deve-se manter fiel ao marido*”, “*proteger o lar e os filhos*”, “*viver juntos até que a morte os separe*”. Estes autores referem ainda que a separação e o divórcio são vistos como algo oposto às suas crenças, sendo que apresentam medo da aceitação pública dos mesmos, enquanto que outras alegam dificuldade em refazer a sua vida, em razão da idade. Narvaz e Koller (2006) referem ainda que o desejo de ter uma família e de a manter unida, corresponde igualmente a um dos fatores que contribuiu para permanência destas vítimas no relacionamento abusivo. Foi ainda possível perceber que estas mulheres se mantinham na relação conjugal abusiva na expectativa de que esta pudesse ser reconstruída. Wilhelm e Tonet (2007) mencionam que, frequentemente, estas vítimas tendem a esconder as suas vontades e desta forma autoiludem-se, na esperança que os seus companheiros mudem, esperança esta que se dissipa após as várias deceções relativas ao comportamento do companheiro (Fonseca, Ribeiro, & Leal, 2012).

De acordo com os resultados extraídos da análise à subcategoria relativa à dependência material, as participantes foram referindo a falta de capacidade económica como um motivo de permanência na relação abusiva. Estes resultados correspondem, desta forma, com a literatura, já que os autores Wilhelm e Tonet (2007) dizem-nos que a

dependência económica das vítimas, mais concretamente a escassez financeira e de oportunidades de trabalho, a falta de autonomia, o receio das dificuldades para providenciar o seu sustento económico e a dos seus filhos, após a rutura da relação e a ausência de um local para onde irem com os mesmos, levam, muitas vezes estas mulheres a aceitarem e a permanecerem na relação abusiva.

De forma a compreender quais as motivações para a saída da relação abusiva por parte destas mulheres, apontado como uma das questões deste estudo, percebeu-se, através da análise exercida às entrevistas das participantes deste estudo apontam o apoio e aprovação familiar como motivo para a retirada deste contexto violento, uma vez que, como referem, sozinhas não conseguiriam tomar tal decisão. Estes resultados correspondem com um estudo realizado por Okada (2007), que menciona que um dos motivos que leva à continuidade das vítimas no relacionamento abusivo, prende-se pelo facto das mesmas não usufruírem de aprovação e apoio familiar e de amigos. Consequentemente, a mesma autora acaba por indicar que o suporte familiar é então determinante na decisão da vítima para finalizar a relação de violência. Um outro aspeto que Okada (2007) refere no seu estudo, diz respeito ao facto destas vítimas, principalmente numa idade mais jovem, colocarem um final na relação abusiva, não só pelos motivos descritos acima, mas também por perceberem que, ao longo do tempo as agressões que partem dos seus companheiros, vão se tornando cada vez mais severas, originando que estas mulheres não permitam mais este tipo de comportamento, finalizando desta forma o relacionamento abusivo. Estes dados vão assim ao encontro com os resultados obtidos após a análise das entrevistas, onde é possível perceber que um dos motivos que levaram estas vítimas a terminar a relação, passou pelas mesmas irem criando uma saturação assim como uma intolerância à violência perpetuada pelos seus companheiros. Estes dados respondem assim, mais uma vez, a uma das questões desta

investigação, que passa por tentar perceber quais as motivações destas mulheres para o abandono da relação abusiva.

Adicionalmente aos fatores acima descritos, os testemunhos extraídos da análise das entrevistas, no que diz respeito à saída da relação abusiva, por parte das vítimas, mostram-nos ainda que as mesmas o fazem de forma a proteger os seus filhos(as). Estas mães referem-nos que muitas vezes decidem terminar o relacionamento de forma a proteger os mesmos dos episódios de abuso por parte dos seus companheiros, dados que estão de acordo com a literatura, uma vez que, segundo um estudo realizado em 2003 pelo Judicial Council of California Administrative Office of the Courts Center for Families, Children, & the Courts, frequentemente, as vítimas optam por abandonar a relação abusiva baseando-se no melhor interesse dos seus filhos e na sua proteção.

Após os resultados obtidos da análise das entrevistas, foi possível perceber que as participantes referem que, apesar da situação de violência experienciada nos seus lares, conseguiram estabelecer e detetar aspetos e efeitos positivos com os seus filhos, como é caso de uma maior aproximação e proteção entre os mesmos, assim como um maior suporte emocional. Estes dados respondem assim a um dos objetivos específicos deste estudo, que passa por perceber de que forma a violência conjugal pode influenciar a relação entre mãe e filho. Certas investigações (e.g., Levendosky, Lynch & Graham-Bermann, 2000; Van Horn e Lieberman, 2002) analisam os efeitos da violência conjugal sobre a mulher, concluindo que a mesma comporta, no que diz respeito à parentalidade, não só a existência de efeitos negativos, mas também efeitos positivos, como por exemplo, uma melhoria no afeto e disponibilidade emocional pelos filhos, uma orientação de forma a estimular positivamente os mesmos e uma mobilização de recursos para enfrentar a violência em defesa das suas crianças. Foi ainda possível perceber, após a análise das entrevistas, que estas mães, apesar de igualmente serem vítimas de violência

conjugal, sempre tiveram em atenção a questão de educar os seus filhos e filhas à não violência assim como incrementar nos mesmos a sua autonomia, isto é, incutir nos mesmos que apesar das suas vivências, estes não deveriam corresponder, futuramente, aos mesmos comportamentos testemunhados nos seus lares. Através destas informações, é possível responder novamente a um dos objetivos anteriormente mencionados, no que diz respeito às representações que estas mães demonstram, relativamente ao seu exercício de parentalidade em contexto de violência conjugal. Estes dados coincidem com um estudo efetuado a mães vítimas de violência conjugal, realizado por Levendosky, Linch e Graham-Bearmann (2000), onde é referido que 19 destas participantes mencionaram que para as mesmas sempre existiu a preocupação para que os seus filhos, principalmente do sexo feminino, combatessem a violência, assim como os mesmos aprendessem que os relacionamentos íntimos nem sempre são, nem devem ser violentos.

Ainda no que se refere à questão de investigação relativa à perceção da influencia que a violência conjugal pode causar na relação entre mãe e filho, no que concerne aos efeitos negativos entre estes, que resultaram destas vivências, foi possível perceber que algumas das participantes mencionaram uma quebra afetiva, isto é, menos expressões de afeto, entre estas e os seus filhos, referindo ainda um maior afastamento e desinteresse emocional para com os mesmos, resultado, muitas vezes, da influência negativa exercida do agressor sobre os seus filhos. Segundo o que literatura existente nos indica, mães vítimas de violência conjugal tendem a exercer uma parentalidade mais inconsistente devido ao abuso sofrido (Hester, Pearson, & Harwin, 2002), assim como o ofensor pode impor e manipular a criança de forma a que a mesma não obedeça às ordens da vítima (Jaffe, Crooks, & Bala, 2006), originando, desta forma, um maior desapego entre mãe e filho.

Através da análise das entrevistas a estas vítimas, foi ainda possível perceber que para algumas destas, apesar da situação de violência experienciada nos seus lares, a relação com os filhos manteve-se estável, sem qualquer alteração. Estes dados respondem assim, mais uma vez, à questão deste estudo relativamente à influência da violência conjugal, na relação entre mães e filhos. A literatura diz-nos desta forma, que algumas mulheres, em estudos relacionados com a violência doméstica e a maternidade, indicaram que, apesar do abuso existente, não sentiram que tivessem ocorrido alterações no que diz respeito às suas práticas parentais, referindo mesmo “sem qualquer influência”, “não me afetou,” e “penso que não me afetou assim tanto” (Levendosky et al., 2000), o que de certa forma vem corroborar os dados extraídos desta investigação no que diz respeito à ausência de impacto na maternidade em contexto de violência.

Conclusão

Com a presente investigação, foi nossa intenção compreender de que forma a violência conjugal entre parceiros íntimos, pode afetar o exercício da parentalidade materna. Com este propósito em mente, demos início a este estudo, pois acreditamos que com a sua concretização iríamos contribuir para uma melhor intervenção junto das mães que vivenciam estas situações adversas, e que podem influenciar negativamente com as suas competências parentais. Para além deste propósito, este estudo proporcionou desenvolver o conhecimento nesta área tão relevante no atual contexto social, assim como possibilitou adquirir novas competências, especificamente na área da investigação.

Iniciamos este estudo com o levantamento de questões relativas a alguns pontos importantes do conceito de violência conjugal e de como esta matéria tem evoluído ao longo das últimas décadas, interferindo na sociedade atual. A par destas questões foi também pertinente abordar os aspetos ligados aos estilos e práticas parentais, focalizando

no fim a interseção entre estas duas realidades, isto é, as vivências e práticas parentais de mães vítimas de violência conjugal.

Os resultados obtidos desta investigação levaram-nos à distinção de 5 categorias - Percepções acerca dos conceitos de maternidade, Violência, Motivos que justificaram a continuidade na relação abusiva, Abandono da relação conjugal abusiva e Maternidade em contexto de violência - que se enquadram dentro das vivências maternas e de violência conjugal de cada participante. A principal conclusão retirada desta investigação vai de encontro com a literatura existente, pois tal como é referido em diversos estudos, a vivência destas mães em contexto de violência conjugal, demonstra que, não obstante ao abuso vivenciado nos seus lares, o mesmo gerou uma maior aproximação destas para com os seus filhos, assim como uma maior proteção e vinculação entre ambos.

Conclui-se assim que, apesar das suas experiências negativas, relativas aos abusos das quais foram alvo pelos seus agressores, estas mães percecionam-se como capazes de compensar a exposição à violência dos filhos nas suas interações maternas, mostrando mesmo que têm a capacidade de superar e ultrapassar a sua experiência de vitimização e propiciar uma parentalidade ajustada às suas crianças. Embora seja possível verificar esta motivação, conclui-se simultaneamente que estas participantes apresentam uma percepção real relativa ao exercício da sua parentalidade, referindo não corresponderem às expectativas do que as mesmas percecionam como sendo “boa mãe”. Neste sentido, consideram que deveriam alterar e/ou melhorar aspetos relacionados, principalmente, com a afetividade, de forma a estabelecer uma relação estável e adequada com os seus filhos.

Ao longo desta investigação foi possível ainda verificar-se a interligação existente entre a violência conjugal e a maternidade, o que nos leva a constatar que a intervenção com estas mulheres não deve apenas incidir na sua singularidade como mulher vítima,

mas também no seu papel como mãe, em contexto de relação abusiva. Desta forma, compreende-se existirem alguns contributos específicos a serem postos em prática, no que diz respeito à intervenção com estas mulheres, visto que o impacto que a maternidade comporta nas mesmas, é considerado, frequentemente, como promotor do seu abandono da relação conjugal abusiva. A par disto, conclui-se a relevância da maternidade como princípio norteador para uma intervenção com estas vítimas.

No que diz respeito às limitações que este estudo nos trouxe, a principal limitação refere-se à impossibilidade de se constituir uma amostra com um maior número de participantes, devido ao difícil acesso às mesmas, o que implica uma maior precaução na análise dos dados obtidos. Esta dificuldade deve-se ao impedimento de recrutamento de mais participantes da cooperativa FISOOT, devido à inexistência das mesmas. Desta forma, sugere-se que em futuros estudos se utilize uma amostra mais alargada, assim como um estudo comparativo entre mães vítimas de violência conjugal e mães não vítimas, de forma a se perceber se existem diferenças significativas nos estilos e competências parentais das mesmas.

Não obstante às limitações referidas, consideramos ter cumprido os objetivos propostos para esta investigação, tendo avançado na compreensão relativa à importância do exercício da parentalidade materna em contexto de violência conjugal, reconhecendo que ainda há um extenso caminho pela frente no que diz respeito à análise e pesquisa deste tema.

Desta forma, reconhecemos este estudo como positivo, podendo o mesmo ser considerado como um contributo para uma melhor compreensão da temática abordada, e para o desenvolvimento de intervenções mais eficazes junto de mães vítimas e os seus filhos, assim como junto dos restantes membros da nossa sociedade.

Referências

- Alligood, M. R., & Tomey, A. M. (2004). *Teóricas de enfermagem e a sua obra (Modelos e teorias de enfermagem)*. Loures: Lusiciência.
- APAV. (2015). *Estatísticas APAV. Relatório Anual 2015*. Lisboa: APAV.
- Appel, A. E. & Holden, G. (1998). The co-occurrence of spouse and physical child abuse: A review and appraisal. *Journal of Family Psychology*, 12, 578-599.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Baumrind, D. (1966). Effects of authoritative control on child behavior. *Child Development*, 37, 887-907.
- Beeman, S. K., Hagenmeister, A. K., & Edleson, J. L. (2001). Case assessment and service receipt in families experiencing both child maltreatment and woman battering. *Journal of Interpersonal Violence*, 16, 437–458.
- Belsky, J., & Nezworski T. (1988). *Clinical implications of attachment, in clinical implications of Attachment*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Boisson, M., & Verjus, A. (2004). *La parentalité, une action de citoyenneté : Une synthèse des travaux récents sur le lien familial et la fonction parentale (1993-2004)*: CERAT, Dossier n° 62.
- Bowlby, J. (1988). *A secure base: Parent–child attachment and healthy development*. New York: Basic Books.
- Boni, V. & Quaresma, S. J. (2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, 2(1), 68-80.
- Braun, V. & Clarke, V. (2013). *Successful qualitative research – a practical guide for beginners*. Washington DC: SAGE Publication.

- Budd, K., & Holdsworth, M. (1996). Issues in clinical assessment of minimal parenting competence. *Journal of Clinical Child Psychology*, 25(1), 2-14. Doi: 10.1207/s15374424jccp2501_1.
- Carneiro, S. (2017). *Mulheres negras e violência doméstica: decodificando os números*. São Paulo: Geledés.
- Cavalinho, S., & Ramos, N. (2016). Violência conjugal contra a mulher: Perspectivas de mães vítimas de violência sobre as consequências nos seus/suas filhos(as). Congresso Nacional de Psicologia da Saúde, 667-670.
- Cecconello, A., De Antoni, C., & Koller, S. (2003). Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em Estudo*, 8, 45-54.
- Choi, P., Henshaw, C., Baker, S., & Tree, J. (2005). Supermum, superwife, supereverything: performing femininity in the transition to motherhood. *Journal of Reproductive and Infant Psychology*, 23(2), 167-180.
- Colossi, P. M., Marasca, A. R., & Falcke, D. (2015). De Geração em Geração: A Violência Conjugal e as Experiências na Família de Origem. *Psico*, 46(4), 493-502.
- Coordination des ONG pour les droits de l'enfant. (2011). *Dossier parentalité et droits de l'enfant:1. Définition et historique de la notion de parentalité*. Bruxelles: Coordination des ONG pour les droits de l'enfant.
- Correia, M. J. (1998). Sobre a maternidade. *Análise Psicológica*, 3 (XVI), 365-371.
- Cummings, E. M., Goeke-Morey, M. C., & Papp, L. M. (2003). Children's responses to everyday marital conflict tactics in the home. *Child Development*, 74, 1918-1929.
- Cupach, W. & Spitzberg, B. (2000). Obsessive relational intrusion: incidence, perceived severity, and coping. *Violence & Victims* 14(4), 357.

- D’Affonseca, S. M., Cavalcanti, L., & Williams, A. (2011). Habilidades maternas de mulheres vítimas de violência Doméstica: Uma revisão da literatura. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31(2), 236-251.
- Daly, M., Ed. (2007). *Parenting in contemporary Europe: A positive approach*. Strasbourg: Council of Europe Publishing.
- Debert, G. G. (2014). Aging, gender and sexuality in brazilian society. *Anthropology & Aging Quarterly*, 34(4), 238-245.
- Edleson, J. L., Mbilinyi, L. F., Shetty, S. (2003). *Parenting in the Context of Domestic Violence*. San Francisco: Judicial Council of California, Administrative Office of the Court, Center for Families, Children & the Courts.
- Edwards, J. (1995). ‘Parenting skills’: Views of community health and social service providers about the needs of their ‘clients’. *Journal of Social Policy*, 24(2), 237-259.
- Erel, O., & Burman, B. (1995). Interrelatedness of marital relations and parent–child relations: A meta-analytic review. *Psychological Bulletin*, 118, 108–132.
- Erez, T. (1995). *Predicting preschooler’s social coping from early attachment history*. In S. Shulman (Ed.), *Human development: Close relationships and socioemotional development* (Vol. 7, pp.1–34). Norwood, NJ: Ablex.
- Fantuzzo, J. W., DePaola, L. M., Lambert, L., Martino, T., Anderson, G., & Sutton, S. (1991). Effects of interparental violence on the psychological adjustment and competence of young children. *Journal of Clinical and Consulting Psychology*, 59, 258–265.
- Farmer, E., & Owen, M. (1995). *Child protection practice: Private risk and public remedies — Decision making, intervention and outcomes*. London: Protection Work HMSO.

- Fonseca, D. H., Ribeiro, C. G., & Leal, N. S. B. (2012). Violência doméstica contra a mulher: realidade e representações sociais. *Psicologia & Sociedade*; 24(2), 307-314.
- Fontanella, B. J., Ricas, J., & Turato, E. R. (2008). Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Cadernos de Saúde Pública*, 24(1), 17-27.
- Gadeyne, E., Ghesquière, P., & Onghena, P. (2004). Longitudinal relations between parenting and child adjustment in young children. *Journal of Clinical Child and Adolescent Psychology*, 33(2), 347-58.
- García-Moreno, C., Jansen, H., Ellsberg, M., Heise, L., & Watts, C. (2005). *WHO multi-country study on women's health and domestic violence against women. Initial results on prevalence, health outcomes and women's responses*. Geneva: World Health Organization.
- Gaskell, G. (2002). Entrevistas individuais e grupais. In M. W. Bauer, & G. Gaskell (Eds). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático*. (9ª edição) (pp. 64-89). Petrópolis: Vozes.
- Giampino, S. (2000). *Las mères qui travaillent sont-elles coupables?*. Paris: Edicion Alnin Michel.
- Giampino, S. (2004). *As mães que trabalham são culpadas?*. Porto: Ambar.
- Goeke-Morey, M. C., Cummings, E. M., Harold, G. T., & Shelton, K. H. (2003). Categories and continua of destructive and constructive marital conflict tactics from the perspective of U.S. and Welsh children. *Journal of Family Psychology*, 17, 327–338.

- Goldsworthy, T. & Raj, M. (2014). Stopping the stalker: Victim responses to stalking. An Examination of Victim Responses to Determine Factors Affecting the Intensity and Duration of Stalking. *Griffith Journal of Law & Human Dignity*, 2(1).
- Graham-Bermann, S. A., & Levendosky, A. A. (1998). The social functioning of preschool-age children whose mothers are emotionally and physically abused. *Journal of Emotional Abuse*, 1, 59–84.
- Guerra, P., & Gago, L. (2016). Violência Doméstica: implicações sociológicas, psicológicas e jurídicas do fenómeno- CIG. Caderno Especial CIG: Centro de Estudos Judiciários.
- Hall, D. (1997). *Outside looking in: stalkers and their victims*. (Doctoral dissertation), Claremont Graduate School.
- Hanington, L., Heron, J., Stein, A. & Ramchandani, P. (2012). Parental depression and child outcomes – is marital conflict the missing link?. *Child: care, health and development*, 38(4), 520–529.
- Hester, M., Kelly, L., & Radford, J. (1996). *Women, violence and male power: feminist activism, research and practice*. Bristol: Open University Press.
- Hester, M., Pearson, C., & Harwin, N. (2000). *Making an impact: Children and domestic violence: A reader*. London: Jessica Kingsley Publications.
- Hester, M., Pearson, C., & Harwin, N. (2002). *Making an Impact: Children and Domestic Violence: A reader*. (3rd ed.). London: Jessica Kingsley Publishers.
- Holden, G.W., & Ritchie, K. L., (1991). Linking extreme marital discord, child rearing, and child behavior problems: Evidence from battered women. *Child Development*, 62, 311-327.

- Holt, S., Buckley, H., & Whelan, S. (2008). The impact of exposure to domestic violence on children and young people: A review of the literature. *Child Abuse & Neglect*, 32, 797–810.
- Hughes, H. M. (1988). Psychological and behavioral correlates of family violence in child witnesses and victims. *American Journal of Orthopsychiatry*, 58, 77–90.
- Hughes, H. M., & Barad, S. J. (1983). Psychological functioning of children in a battered women's shelter: A preliminary investigation. *American Journal of Orthopsychiatry*, 53, 525–531.
- Jaffe, P. G., & Juodis, M. (2006). Children as victims and witnesses of domestic homicide: Lessons learned from domestic violence death review committees. *Juvenile and Family Court Journal*, 13–28.
- Kellogg, N. D., & Menard, S. W. (2003). Violence among family members of children and adolescents evaluated for sexual abuse. *Child Abuse & Neglect*, 27(12), 1367-1376.
- Koller, S. H., & De Antoni, C. (2004). Violência intrafamiliar: Uma visão ecológica. In S. H. Koller (Org.), *Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil* (pp. 293-310). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Lamour, M., & Barraco, M. (1998). *Souffrances autour du berceau*. Paris: Gaëtan Morin éditeur.
- Lamela, D., Figueiredo, B., & Bastos, A. (2010). Adaptação ao Divórcio e Relações Coparentais: Contributos da Teoria da Vinculação. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23, 562-574.
- Lapierre, S. (2010). *Striving to be 'Good' Mothers: Abused Women's Experiences of Mothering*. Canada: School of Social Work, University of Ottawa.

- Levendosky, A. A., Huth-Bocks, A. C., Shapiro D. L., & Semel, M. A. (2003). The impact of domestic violence on the maternal–child relationship and preschool-age children’s functioning. *Journal of Family Psychology, 17*, 275–287.
- Levendosky, A. A., Lynch, S. M., & Graham-Berman, S. A. (2000). Mothers’ Perceptions of the Impact of Woman Abuse on Their Parenting. *Violence against women, 6*, 247-271.
- Levendosky, A., & Graham-Bermann (2001). A Parenting in battered women: The effects of domestic violence on women and their children. *Journal of Family Violence, 16*, 171-172.
- Lisboa, M., Barroso, Z., & Marteleira, J. (2003). *O contexto social da violência contra as mulheres detetada nos institutos de medicina legal – Síntese dos resultados obtidos nos institutos de medicina legal de Coimbra e Porto, 2000*. Lisboa: CIDM.
- Lisboa, M., Carmo, I., Vicente, L. B., Nóvoa, A., Barros, P. P., Roque, A., Silva, S. M., Franco, L., & Amândio, S. (2006). *Prevenir ou remediar – Os custos sociais e económicos da violência contra as mulheres*. Lisboa: Colibri.
- Lisboa, A. V., Féres-Carneiro, T., & Jablonski, B. (2007). Transmissão Intergeracional da Cultura: Um estudo sobre uma família mineira. *Psicologia em Estudo, 12*, 51-59.
- Lisboa, M., Barroso, Z., Patrício, J., & Leandro, A. (2009). *Violência e Género. Inquérito Nacional sobre a Violência exercida contra Mulheres e Homens*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Maccoby, E. E., & Martin, J. A. (1983). Socialization in the context of the family: Parentchild interaction. In E. M. Hetherington (Ed.), *Handbook of child psychology: Socialization, personality and social development (Vol. 4., pp. 1 101)*. NewYork: Wiley.

- Magalhães, T. (2010). *Violência e abuso: Estado da arte*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Manita, C., Ribeiro, C., & Peixoto, C. (2009). *Violência doméstica: Compreender para intervir*. Lisboa: CIG.
- McCloskey, L. A., Figueredo, A. J., & Koss, M. P. (1995). The effects of systemic family violence on children's mental health. *Child Development, 66*, 1239-1261.
- McGee, C. (2000). *Childhood experiences of domestic violence*. London: Jessica Kingsley Publishers.
- Mercer, R. T. (1991). *Maternal role: models and consequences*. Paper presented at the international research conference sponsored by the Council of Nurse Researchers and the American Nurses Association, Los Angeles, CA.
- Molina, M. E. (2006). Transformaciones histórico culturales del concepto de maternidad y sus repercusiones en la identidad de la mujer. *Psykhe, 15*, 93-103.
- Montandon, C. (2005). As práticas educativas parentais e a experiência das crianças. *Educ. Soc, 26*(91), 485-507.
- Monteiro, C. F. S. & Souza, I. E. O. (2007). Vivência da violência conjugal: fatos do cotidiano. *Psicologia & Sociedade, 16*(1), 26-31.
- Moreira, P. C. C. (2003). *A necessidade de um tratamento diferenciado a violência doméstica*. Pelotas. (Monografia de Conclusão de Curso de Direito), Universidade Católica de Pelotas, Pelotas.
- Mullen, P., Pathé, P., & Purcell, R. (2000). *Stalkers and their victims*. Cambridge University Press.
- Mullen, P.E., Pathé, M., Purcell, R., & Stuart, G.W. (1999). Study of Stalkers. *American Journal of Psychiatry, 156*(8), 1244-9.

- Narvaz, M. G. & Koller, S. H. (2006). Mulheres vítimas de violência doméstica: Compreendendo subjetividades assujeitadas. *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, 37, 7-13.
- Nascimento, M. J. (2003). Preparar o nascimento. *Análise Psicológica*, 1, XXI, 47- 51.
- Okada, M. M. (2007). *Violência doméstica contra a mulher: estudo com puérperas atendidas em uma maternidade filantrópica*. (Dissertação de Mestrado). Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo.
- Oliveira, E. A, Marin, A. H., Pires, F. B., Frizzo, G. B., Ravanello, T., & Rossato, C. (2002). Estilos parentais autoritário e democrático-recíproco intergeracionais, conflito conjugal e comportamentos de externalização e internalização. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 15, 1-11.
- Osofsky, J. (1999). The impact of violence on children. Domestic violence and children. *The future of children*, 9(3), 33-49.
- Osofsky, J. (2003). Prevalence of children's exposure to domestic violence and child maltreatment: implications for prevention and intervention. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 6(3).
- Papp, L. M., Cummings, E. M., & Goeke-Morey, M. C. (2002). Marital conflicts in the home when children are present versus absent. *Developmental Psychology*, 38, 774–783.
- Papp, L. M., Cummings, E. M., & Goeke-Morey, M. C. (2009). For richer, for poorer: Money as a topic of marital conflict in the home. *Family Relations*, 58, 91–103.
- Pereira, D., & Alarcão, M. (2014). “Parentalidade minimamente adequada”: contributos para operacionalização do conceito. *Análise Psicológica*, 2(XXXII), 157-171.
- Purcell, R., Pathé, M., & Mullen, P. (2004) When do Repeated Intrusions Become Stalking? *The Journal of Forensic Psychiatry Psychology*, 15(4), 571.

- Queiroga, S., Magalhães, S. I., & Nogueira, C. (2018). Vivências e percepções de sexualidade de portuguesas com mais de 65 anos. *Revista Estudos Feministas, Florianópolis*, 26(3), e46791.
- Razera, J., Gaspodini, I. B., Oliveira, E. L., Neis, L. F., & Falcke, D. (2018). Terapia de Casal em Contextos de Violência Conjugal: revisão integrativa da literatura. *Contextos Clínicos*, 11(2), 197-205.
- Richards, L., Letchford, S., & Stratton, S. (2008). *Policing Domestic Violence*. Oxford: University Press.
- Rossmann, B. B. R. (1998). *Descartes's error and posttraumatic stress disorder: Cognition and emotion in children who are exposed to parental violence*. In G. W. Holden, R. Geffner, & E. N. Jouriles (Eds.), *Children exposed to marital violence: theory, research, and applied issues* (pp. 223–256). Washington, DC: American Psychological Association.
- Sani, A. I. (2004). *As crenças, o discurso e a acção: as construções de crianças expostas à violência interparental*. (Tese de Doutorado). Retirado da Universidade do Minho.
- Sani, A. I. (2008). Mulher e mãe no contexto de violência doméstica: A experiência de parentalidade. Ex-aequo – *Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as mulheres*, 18, 123-133.
- Sani, A. I., & Cunha, D. (2011). As práticas educativas parentais em mulheres vítimas e não vítimas de violência conjugal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 27, 429-437.
- Santos W. J., Oliveira P. P., Viegas S. M. F., Ramos, T. M., Policarpo, A. G., & Silveira, E. A. A. (2018). Violência doméstica contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo: Representações Sociais de Profissionais da Atenção Primária à Saúde. *Rev Fund Care Online*, 10, 770-777.

- Sarti, C. (2002). *Família e individualidade: um problema moderno. A família Contemporânea em Debate*. São Paulo: EDUC/Cortez.
- Silva, A. H. & Fossá, M. I. T (2015). Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para a análise de dados qualitativos. *Qualit@s Revista Eletrônica ISSN 17(1)*, 1677-4280.
- Silva, J. F. L. (2012). *As Competências Emocionais em Mulheres Vítimas de Violência Conjugal*. (Dissertação de Mestrado). Retirado da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa – FCHS UFP.
- Silva, L. L., Coelho, E. B., & Caponi, S. N. (2007). Violência Silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. *Comunic, Saúde, Educ*, 11, 93-103.
- Stagg, V., Wills, G. D., & Howell, M. (1989). Psychopathology in early childhood witnesses of family violence. *Topics in Early Childhood Special Education*, 9, 73–87.
- Stephens, D. (1999). Battered women’s views of their children. *Journal of Interpersonal Violence*, 14, 731-746.
- Sturge-Apple, M. L., Davies, P. T., & Cummings, E. M. (2006). Impact of hostility and withdrawal in interparental conflict on parental emotional unavailability and children’s adjustment difficulties. *Child Development*, 77, 1623–1641.
- Tomison, A. (1998). Valuing parent education – A cornerstone of child abuse prevention. *Issues in Child Abuse Prevention*, 10, 1-20.
- Van Horn, P., & Lieberman, A. (2002). *Domestic violence and a parenting: A review of literature*. San Francisco: Judicial Council of California, Administrative Office of the Court, Center for Families, Children & the Courts.

- Walker, L. (2017). *The battered woman syndrome* (4rd ed.). New York: Springer Pub. Co.
- Weber, L., Pardo, P., Viezzer, A., & Branderburg, O. (2004). Identificação de estilos parentais: O Ponto de Vista dos Pais e dos Filhos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(3), 323-331.
- Webster-Stratton, C. & Hammond, M. (1988). Maternal depression and its relationship to life stress, perceptions of child behavior problems, parenting behaviors, and child conduct problems. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 16(3), 299-315.
- Wilhelm, F. A., & Tonet, J. (2007). Percepção sobre a violência doméstica na perspectiva de mulheres vitimadas. *Psicol. Argum.*, 25(51), 401-412.
- World Health Organization. (1997). *The world health report 1997. Conquering suffering enriching humanity*. Geneva: WHO.
- World Health Organization. (2002). *Relatório Mundial de Saúde. Saúde mental: nova concepção, nova esperança*. Lisboa: Direção Geral de Saúde.
- Youngblade, L. M., & Belsky, J. (1995). *From family to friend: Predicting positive dyadic interaction with a close friend at 5years of age from early parent-child relations*. In S. Shulman (Ed.), *Close relationships and socioemotional development* (pp.35–61). Norwood, NJ: Ablex.
- Zemp, M., Bodenmann, G., & Cummings, E. M. (2016). The Significance of Interparental Conflict for Children: Rationale for Couple-Focused Programs in Family Therapy *European Psychologist*, 21(2), 99–108.

Anexos

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

“Vivências da maternidade de mulheres vítimas de violência conjugal”

Eu, abaixo-assinado _____, compreendi a explicação que me foi fornecida acerca da minha participação na investigação que se tenciona realizar. Fui informada de que o estudo tem como objetivo compreender quais as vivências da maternidade de mulheres que enfrentaram o problema da violência conjugal e perceber de que forma as suas experiências de vitimação influenciaram os seus papéis como mães e as suas competências parentais. Foi-me dada oportunidade de fazer as perguntas que julguei necessárias, e de todas obtive resposta satisfatória.

Tomei conhecimento de que a minha participação no estudo é anónima e implica a realização de uma entrevista, tendo uma duração aproximada de 20 minutos e que os dados recolhidos são confidenciais.

Além disso, foi-me afirmado que tenho o direito de recusar a todo o tempo a participação no estudo, sem que isso possa ter como efeito qualquer prejuízo pessoal.

Foi-me ainda assegurado que os registos em suporte papel e/ou digital (sonoro) serão confidenciais e utilizados única e exclusivamente para o estudo em causa, sendo guardados em local seguro durante a pesquisa e destruídos após a sua conclusão. Por isso, consinto em participar no estudo em causa.

Data: ____/____/20__

Assinatura do participante no projeto: _____

O Investigador responsável:

Nome: _____

Assinatura: _____

Questionário Sociodemográfico

Vivências da maternidade de mulheres vítimas de violência conjugal

1. Idade: _____

2. Localidade: _____

3. Habilitações Literárias:

- | | |
|--|---|
| | 1º Ciclo (entre 1º e 4º anos) |
| | 2º Ciclo (entre 5º e 6º anos) |
| | 3º Ciclo (entre 7º e 9º anos) |
| | Ensino Secundário (entre 10º e 12º anos) |
| | Ensino superior (licenciatura ou bacharelato) |
| | Outro – Qual: _____ |

4. Profissão? _____

5. Estado civil:

- | | |
|--|-----------------------------|
| | Solteiro(a) |
| | Casado(a) / União de Facto |
| | Divorciado(a) / Separado(a) |
| | Viúvo(a) |

6. Quantos filhos tem? _____ **Idades:** _____, _____, _____, _____, _____

7. Algum tipo de processo em curso? Se sim de que tipo: _____

8. Alguma medida judicial em curso: Se sim de que tipo: _____

Observações: _____

(Assinalar, por exemplo, se há historial de consumo de substâncias ilícitas, diagnósticos de psicopatologia, internamento, tentativas de suicídio ou homicídio)

Guião de Entrevista

Vivências da maternidade de mulheres vítimas de violência conjugal

Esta entrevista é dirigida a mães e pretende compreender as vivências da maternidade de mulheres que enfrentaram o problema da violência conjugal e perceber de que forma as suas experiências de vitimação influenciaram os seus papéis como mães e as suas competências parentais. Os objetivos específicos:

- a) Conhecer os significados e sentimentos associados ao exercício do papel de mãe;
- b) Compreender como cada mãe se autodefine no exercício desse papel;
- c) Apurar quais os fatores que influenciam a qualidade da parentalidade exercida;
- d) Apreender as representações das mães sobre o exercício da parentalidade no contexto da violência doméstica;
- e) Perceber como a violência doméstica influenciou a relação com os filhos;
- f) Saber quais as motivações para a saída da relação abusiva.

A sua duração é de aproximadamente de 20 minutos.

Questões

1. O que significa para si ser mãe?
2. Na sua opinião, que características definem uma “boa mãe”?
3. Como define o seu papel de mãe? (Características atribuí a si própria como mãe)
4. O que mudou na sua vida quando foi mãe? (incluir relação com o companheiro)
5. Que aspetos mais influenciam o exercer o papel de mãe?
6. De que forma a violência pode ter afetado a função parental em relação ao filho?
7. A situação de violência que experienciou afetou a relação com o(s) seu(s) filho(s)?
8. De que forma julga terem sido os filhos afetados pela violência?
9. O que a levou a procurar ajuda/ sair da relação violenta? (Caso tenha saído)

Finalização

- Algum outro aspeto que gostasse de acrescentar ou partilhar.
- Informação sobre a disponibilidade da FISOOT e da UFP para qualquer apoio



Fisoot CRL

para mim ▾

25/11 (há 4 dias) ☆



Cara Catarina Vieira,

Em resposta ao seu pedido que mereceu a nossa melhor atenção, cumpre-me informar que aceitamos que possa desenvolver na FISOOT, os trabalhos necessários relativos ao estudo para a sua tese de Mestrado em Psicologia da Justiça: Vítimas de Violência e de Crime, bem como poderá contar com toda a nossa colaboração para a realização do mesmo.

Com os melhores cumprimentos

Maria Antónia Moreira



Rua Santo António de Contumil, 571

4350-290 Porto

Telef.: 22 508 90 62

Fax: 22 508 90 63

Anexo V



Universidade Fernando Pessoa
www.ufp.pt

Do conhecimento à
aluna e Orientador(a).
Gomes
14/02/2017

Exma. Senhora
Prof. Doutora Inês Gomes
Diretora da FCCHS


Porto, 14 de Fevereiro de 2017

Exma. Senhora Prof. Doutora,

A Comissão de Ética, depois de re-apreciado o projeto de investigação de Ana Catarina Ferreira Vieira, intitulado "Vivências da maternidade de mulheres vítimas de violência conjugal", considera nada haver a opor à realização do mesmo.

Com os melhores cumprimentos.

A Vice-Presidente da
Comissão de Ética da UFP


Susana Teixeira



Fundação Ensino e Cultura "Fernando Pessoa"

MFC 523 953 683 - Reg. Comercial nº 36 Conservatória do Registo Comercial de Porto

REITORIA - | Faculdade de Ciências Humanas e Sociais | - | Faculdade de Ciência e Tecnologia | Praça 9 de Abril, 349 - 4249-004 Porto-Portugal - T +351 22 507 1300 - F +351 22 550 8269 - geral@ufp.pt
| Faculdade de Ciências da Saúde | - | Escola Superior de Saúde | R. Carlos Da Maia, 296 - 4200-150 Porto - Portugal - T +351 22 507 4630 - F +351 22 507 4637 - R. Delfim Maia, 334 - 4200-253 Porto - Portugal
T +351 22 509 6371 - geral.saude@ufp.pt UNIDADE de Ponte de Lima - Casa da Garrida - R. Conde de Bercandães - 4990-078 Ponte de Lima-Portugal - T +351 258 741 026 - F +351 258 741 412 - geral.plima@ufp.pt

Matriz conceitual referente às categorias de análise do discurso das vítimas**Categoria:** Percepções acerca dos conceitos de Maternidade**Subcategoria:** Critérios que determinam o que é ser uma “boa” mãe

Unidade de Análise	
Registro semântico	Contexto
Satisfação das necessidades da criança (E1; E3; E4; E8; E10; E12)	<p>“(…) sempre tentei dar-lhes o melhor, mesmo naquela vida de escravidão (…)” (E1)</p> <p>“(…) fazer o possível por eles e nunca lhes faltar com nada (…)” (E3)</p> <p>“(…) é sermos mães para tratar, para cuidar, para proteger, para o melhor deles (…)” (E4)</p> <p>“(…) Preocupar-se com o bem-estar do filho, tentar procurar suprimir as necessidades que a criança tem, não só emocionais como materiais (…)” (E8)</p> <p>“(…) ver o que é melhor para os filhos, dar-lhes conselhos, estar sempre preocupada com eles, não os deixar andar na rua à balda (…)” (E10)</p> <p>“(…) posso não ser a melhor, mas estou a tentar, que é, protege-la, dar-lhe um teto, educação, querer o bem dela, dar-lhe amor (…)” (E12)</p>
Afetividade (E1; E4; E5; E7, E13; E14)	<p>“(…) Acarinhá-los (…)” (E1)</p> <p>“(…) é exatamente isso, amar, proteger, cuidar, tratar como se tratássemos de um pedaço nosso, do nosso corpo (…)” (E4)</p> <p>“(…) ser mãe para mim é ser meiga para os filhos, acarinha-los quando eles devem ser acarinhados (…)” (E5)</p> <p>“(…) amá-los, acarinha-los e protege-los ao máximo (…)” (E7)</p> <p>“(…) sou uma mãe carinhosa e protetora (…), (…) ganhei-lhe uma amor que nem tem explicação (…)” (E13)</p> <p>“(…) na minha opinião uma boa mãe tem de ser uma pessoa que dá carinho, muita compreensão, muitos mimos (…)” (E14)</p>

<p>Educar a criança (E1; E3; E4; E5; E7; E9; E14)</p>	<p><i>“(...) Tentar-lhes explicar tanto o certo como o errado (...)”, “(...) quando fosse preciso chamar a atenção, chamar (...)” (E1)</i></p> <p><i>“(...) uma boa mãe é tentar educá-los bem (...)” (E3)</i></p> <p><i>“(...) as coisas negativas que eu passei, também se calhar ajudaram os meus filhos, para eles olharem para as minhas cedências e perceberem que nenhuma mulher deve ceder o que cedi e perceberem que muitas coisas não devem acontecer. Tenho quase a certeza absoluta que eles nunca farão a uma mulher aquilo que a mãe passou (...)” (E4)</i></p> <p><i>“(...) chamar a atenção quando eles devem ser chamados a atenção (...)”, “(...) quando os meus filhos eram mais novos, nós vivíamos num bairro muito problemático e muitos dos amigos deles levaram vidas complicadas. Muitos dizem que tem a ver com sorte, mas eu acho que não, acho que tem a ver com educação (...)” (E5)</i></p> <p><i>“(...) uma boa educação e ajudá-los a ser responsáveis para a vida (...)” (E7)</i></p> <p><i>“(...) acho que uma boa mãe, para ser boa mãe, tem de ser um bocado dura às vezes, impor limites, não os deixar fazer tudo o que querem porque depois acaba por prejudica-los (...)” (E9)</i></p> <p><i>“(...) fazê-la ver certas coisas, isto é, o bom e o mau (...)” (E14)</i></p>
<p>Colocar os interesses dos filhos acima dos seus (E1; E3; E4; E7; E8; E10; E12; E13)</p>	<p><i>“(...) estar presente, em qualquer situação (...)”, “(...) acompanha-los sempre, ajudá-los, vê-los crescer (...)” (E1)</i></p> <p><i>“(...) ponho os meus filhos à frente de tudo. Por eles já deixei muitos companheiros (...)” (E3)</i></p> <p><i>“(...) é estarmos presentes sempre que eles precisem, nem que seja para ouvir o que eles têm a lamentar (...)”, “(...) mesmo com as adversidades da vida e isso, eu olho para trás e digo que durante estes anos todos, (...) consegui! (...)” (E4)</i></p> <p><i>“(...) trabalhar e lutar para o criar e para que nada lhe falte (...)” (E7)</i></p> <p><i>“(...) Ele para mim está em primeiro lugar. Muitas vezes deixo as minhas coisas de lado para ver o que é que ele está a precisar, para satisfazer as necessidades deles (...)” (E8)</i></p> <p><i>“(...) passei muito, fiz muitos sacrifícios pelos meus filhos, sou uma mãe preocupada (...)” (E10)</i></p> <p><i>“(...) abduco de qualquer coisa para naquela data poder estar lá, os sacrifícios que eu faço diariamente, as coisas que eu suporto diariamente por ela (...)” (E12)</i></p> <p><i>“(...) quando fui mãe, só vivi para ela, esqueci-me de tudo, nem queria saber de mim, a minha vida mudou a partir daí, só em função dela (...)” (E13)</i></p>

Autonomia da criança (E8; E14)	<p>“(…) tentar perpetuar e ensinar o melhor para eles para terem defesas para enfrentarem os desafios do mundo (…)” (E8)</p> <p>“(…) consegui transmitir à minha filha, bons valores (…)” (E14)</p>
--------------------------------	---

Subcategoria: Significações em relação a ser “boa mãe”

Unidade de Análise	
Registro semântico	Contexto
Percepções da própria (E3; E4; E7; E9)	<p>“(…) acho que sou uma mãe que talvez devesse passear mais com os meus filhos, não deva ficar com eles tanto tempo em casa (…)” (E3)</p> <p>“(…) há coisas que devia “trabalhar” mais na minha relação com eles (…)” (E3)</p> <p>“(…) muita gente diz-me que não tenho muita paciência, que devia ter mais paciência para os meus filhos (…)” (E3)</p> <p>“(…) o que eu gostaria de ser é uma coisa, o que eu sou é outra e o que eu posso ser é outra (…)” (E4)</p> <p>“(…) acho que uma mãe deve ser sempre mãe, independentemente daquilo que se esteja a passar na vida dela (…)” (E7)</p> <p>“(…) uma boa mãe para mim deve impor limites, mas eu sou um bocado fraca em impor limites aos meus filhos, precisava de ser um bocado mais dura às vezes (…)” (E9)</p>

Subcategoria: Realização Pessoal

Unidade de Análise	
Registro Semântico	Contexto

<p>Felicidade (E1; E5; E6; E9; E14; E15)</p>	<p>“(…) é uma alegria muito grande, não tem explicação (…)” (E1) “(…) sei lá, muita felicidade, nem dá bem para explicar (…)” (E5) “(…) é uma coisa extraordinária (…)” (E6) “(…) sinto-me muito feliz por ter os meus filhotes, é uma sensação muito boa, é um cansaço bom (…)” (E9) “(…) fui muito feliz a partir daí, senti-me completa (…)” (E14) “(…) não dá bem para explicar, mas é algo de muito bom. Algo que trás muita felicidade (…)” (E15)</p>
--	--

Categoria: Violência

Subcategoria: Atos de violência conjugal

Unidade de Análise	
Registo semântico	Contexto
<p>Violência psicológica/emocional (E1; E2; E3; E5; E6; E8; E9; E13; E14; E15)</p>	<p>“(…) eu não dormia à noite porque ele punha a televisão alta mesmo para fazer barulho para eu não dormir (…)” (E1) “(…) ele próprio já me disse «se não és minha, não és de mais ninguém» (…)” (E2) “(…) era muito autoritário, tinha de ser tudo como ele queria (…)” (E3) “(…) ele continuou e começou a dizer que ia comprar um carro e que depois só lhe faltava uma coisa, uma mulher na cama... (…)” (E5) “(…) no início ele começou com as agressões psicológicas (…)” (E6) “(…) dizia já ter outra pessoa na vida dele e que eu até estava a ocupar o lugar dela e eu já não me sentia bem (…)” (E6) “(…) um dia ele estava-me a humilhar e a relatar a vida sexual, a intimidade com essa outra mulher, para me diminuir, para me rebaixar como mulher, a dizer que ela fazia coisas que eu não fazia (…)” (E6) “(…) ficávamos uma semana sem falar, e quando falávamos, eram sempre discussões e humilhações (…)” (E8) “(…) ele andava-me a importunar com mensagens e a ameaçar a minha irmã (…)” (E8) “(…) eu acabava tudo mas ele dizia-me coisas tão más, tão más e eu sentia-me tão mal e voltava para ele (…)” (E9) “(…) ele isolava-me, e eu isolava-me também... era manipulada por ele (…)” (E10) “(…) a mim influenciou muito o facto da pressão psicológica (…)” (E13)</p>

	<p><i>“(...) começou a discutir a perguntar porque é que eu não lhe dava carinho, a dizer que eu tinha alguém... a dizer que eu andava com o vizinho (...)” (E14)</i></p> <p><i>“(...) ele continuava a mandar mensagens horríveis, a ligar às minhas tias a dizer coisas horríveis (...)” (E15)</i></p>
Violência verbal (E1; E5; E6; E10)	<p><i>“(...) acusava-me e era malcriado, muito malcriado... muitos insultos, mesmo até durante a noite (...)” (E1)</i></p> <p><i>“(...) disse que eu era uma porcaria na cama, que não prestava. Que como doméstica era muito boa, mas na cama era uma merda (...)” (E5)</i></p> <p><i>“(...) ele humilhava-me, dizia coisas muito más (...)” (E6)</i></p> <p><i>“(...) foi quando ele me chamou nomes: puta, vaca... começou-me a insultar (...)” (E10)</i></p>
Violência física (E1; E2; E3; E4; E5; E9; E10; E13; E14; E15)	<p><i>“(...) o meu ex-marido meteu-me as mãos ao pescoço e o meu filho viu e foi defender-me e o pai virou-se a ele (...)” (E1)</i></p> <p><i>“(...) ele não recebia nada, eu é que o sustentava. Pediu-me dinheiro eu disse que não dava e ele deu-me um estalo (...)” (E2)</i></p> <p><i>“(...) quando a segunda agressão aconteceu, eu fiquei pisada no rosto (...), (...) eu não fui ao hospital, mas devia ter ido porque fiquei com o nariz desnivelado (...)” (E3);</i></p> <p><i>“(...) uma vez agrediu-me na minha loja e as pessoas viram e chamaram a polícia (...)” (E4)</i></p> <p><i>“(...) com a agravante desta vez não se importar de me agredir à frente do meu filho (...)” (E4)</i></p> <p><i>“(...) um dia cheguei a casa e não conseguia abrir a porta porque ele tinha a chave do outro lado, então batia a porta e ele abriu e a casa estava toda escura (...) e quando eu entro ele dá-me um murro, bateu-me logo ali (...)” (E5)</i></p> <p><i>“(...) começou-me a empurrar para ir embora, eu não ia e ele começou-me a bater (...)” (E9)</i></p> <p><i>“(...) quando estava grávida da minha filha, apanhei muito dele (...)” (E10)</i></p> <p><i>“(...) começou a partir as coisas lá de casa (...)” (E10)</i></p> <p><i>“(...) eu trabalhava num restaurante, chegava mais tarde a casa e ele batia-me (...)” (E10)</i></p> <p><i>“(...) traía-me, era agressivo, enervava-se e atirava com coisas ou partia (...)” (E13)</i></p> <p><i>“(...) relativamente ao pai d a minha filha, já era uma relação má, começou mal... um marido que ao terceiro dia de casamento aperta o pescoço à esposa (...)” (E14)</i></p> <p><i>“(...) ele sentou-se ao a meu lado, tirou-me o computador e atira-o para o chão (...)” (E15)</i></p>

<p>Controlo / “Stalker” (E1; E2; E5; E6; E10)</p>	<p>“(…) no início quando eramos casados e o meu filho ainda não era nascido, vi que o meu marido era muito desconfiado (…), (…) «Esteve aqui alguém? Esteve aqui alguém?», sempre a desconfiar (…), (…) porque eu andava com outros homens, na cabeça dele (…)” (E1)</p> <p>“(…) ele próprio já me disse «se não és minha, não és de mais ninguém» (…)” (E2)</p> <p>“(…) ele sempre foi muito controlador, eu nunca podia sair para lado nenhum, não podia ir a um café, não tinha uma amiga... porque ele não gostava (…)” (E5)</p> <p>“(…) ele começou a ficar muito agressivo comigo, ele saía de casa e fechava a porta a chave (…)” (E6)</p> <p>“(…) ele fez-me a vida negra, pode-me seguir na rua... (…)” (E10)</p>
<p>Obrigação sexual (E5)</p>	<p>“(…) às vezes ele queria... lá está, ele era um rapaz novo, eu também era, mas não tinha saúde. Ele procurava-me na cama e obrigava-me (…)” (E5)</p>

Subcategoria: Atos de violência contra os filhos

Unidade de análise	
Registo semântico	Contexto
<p>Atos de violência na presença dos filhos ou outros (E1; E2; E4; E5; E6; E6; E7; E9; E10; E11; E12; E13; E14; E15)</p>	<p>“(…) o meu ex-marido meteu-me as mãos ao pescoço e o meu filho viu e foi defender-me e o pai virou-se a ele (…)” (E1)</p> <p>“(…) se tivesse que bater, batia, quer eles estivessem lá ou não. Eles presenciaram muita coisa (…)” (E2)</p> <p>“(…) com a agravante desta vez não se importar de me agredir à frente do meu filho (…)” (E4)</p> <p>“(…) no outro dia de manhã ele continuou na cozinha a chatear-me até que eu respondi e ele agrediu-me novamente, com o meu filho no meio (…)” (E4)</p> <p>“(…) uma vez agrediu-me na minha loja e as pessoas viram e chamaram a polícia (…)” (E5)</p> <p>“(…) a minha filha ficava muito nervosa porque ele (marido) nunca respeitou a presença dela (…)” (E6)</p> <p>“(…) ela ficava nervosa, chorava, gritava, pedia para o pai parar (…)” (E7)</p> <p>“(…) ainda hoje ele lembra-se muito das coisas, das brigas dos pais e tudo, ele nunca esquece (…)” (E9)</p> <p>“(…) começou-me a empurrar para ir embora, eu não ia e ele começou-me a bater e o meu filho viu tudo, chorou imenso (…)” (E9)</p> <p>“(…) ele assistiu a várias coisas, das brigas dos pais e tudo... discutimos no café e toda a gente viu, incluindo o meu filho (…)” (E10)</p>

	<p><i>“(...) acho que eles (filhos) ficaram mais afetados com aquilo que viam que o pai fazia (...)” (E11)</i></p> <p><i>“(...) ainda hoje ele (filho) lembra-se muito das coisas, das brigas dos pais e tudo. Ele assistiu a várias coisas e no pior dia ele esteve presente (...)” (E12)</i></p> <p><i>“(...) ela (filha) chegou-me a defender várias vezes (...)” (E13)</i></p> <p><i>“(...) ele batia com as portas, partia móveis, dava pontapés, murros nas portas e a miúda estava presente e só chorava (...)” (E14)</i></p> <p><i>“(...) a minha filha ficou afetada porque presenciou muitas coisas... o pai a agredir-me, a gritar comigo, isso afetou-a (...)” (E15)</i></p>
<p>Atos de violência contra os filhos (E1; E4; E14)</p>	<p><i>“(...) o meu ex-marido meteu-me as mãos ao pescoço e o meu filho viu e foi defender-me e o pai virou-se a ele (...)” (E1)</i></p> <p><i>“(...) eles (filhos) também sofreram de violência (...), (...) o meu filho mais velho, uma vez quando tinha 16 anos, ele bateu-lhe e chamou-o de desnaturado (...)” (E4)</i></p> <p><i>“(...) porque o pai usou a minha filha, contra mim, para me atingir (...)” (E14)</i></p>
<p>Impacto da violência nos filhos (E1; E4; E5; E6; E7; E8; E9; E10; E12; E13; E14)</p>	<p><i>“(...) foram afetados. O pai acarinhava-os, mas ao mesmo tempo tentava virar os meus filhos contra mim (...)” (E1)</i></p> <p><i>“(...) o meu filho mais novo, embora ele quisesse passar uma imagem mais forte, de dizer que é um assunto passado, mas a revolta com que ele fala da pessoa em questão... sempre foi vítima de bullying e achava sempre que era normal e anulava-se (...)” (E4)</i></p> <p><i>“(...) ela andava mal e chorava (...)” (E5)</i></p> <p><i>“(...) a minha filha ficava muito nervosa, porque ele nunca respeitou a presença dela (...), (...) ela ficava nervosa, chorava, gritava e pedia para o pai parar, com dois anos ela já tinha essa noção (...)” (E6)</i></p> <p><i>“(...) eles foram afetados, principalmente o meu filho, mas porque o pai o virava contra a mim (...)” (E7)</i></p> <p><i>“(...) acho que ele ficou um bocado afetado com a maneira que o pai tratava a mãe (...), (...) ele não ficava bem com as coisas que o pai fazia (...)” (E8)</i></p> <p><i>“(...) sim afetou... tanto que foi necessário ele ter consultas de psicologia. E ainda hoje precisa. Ainda hoje ele lembra-se de muito das coisas, das brigas dos pais e tudo. Ele nunca esquece. Ele tem sempre aquilo ali, na cabecinha dele (...)” (E9)</i></p> <p><i>“(...) ficaram afetados de certeza. Um fica muito nervoso e agressivo quando o pai bebe (...), (...) a minha filha também ficou afetada (...)” (E10)</i></p>

	<p>“(…) murros nas portas e a miúda a assistir e ela chorava. Noto nela muita ansiedade (...), (...) chamadas de atenção, exagerada e é muito carente (...)” (E12)</p> <p>“(…) ela precisava de ajuda. Ficou afetada com tudo. Está ansiosa, carente... (...)” (E13)</p> <p>“(…) isso afetou-a porque houve o divórcio a minha filha teve que ser seguida em psiquiatria... Porque fez depressão (...)” (E14)</p>
--	---

Categoria: Motivos que justificaram a permanência na relação abusiva

Subcategoria: Ser “boa mulher”

Unidade de Análise	
Registo semântico	Contexto
Vergonha (E1; E4)	<p>“(…) mas na altura era uma vergonha uma mãe solteira, por isso tive de casar (...)” (E1)</p> <p>“(…) eu não fui ao hospital e devia ter ido porque fiquei com o nariz desnivelado e não fui porque isso implicava dar a cara, que os meus pais tivessem conhecimento (...)” (E4)</p>
Pressão psicológica (E9)	“(…) eu já não queria estar com ele e eu acabava tudo, mas ele dizia coisas tão más, tão más e sobre o nosso filho e eu sentia-me tão mal e voltava para ele (...)” (E9)
Proteção do(s) filho(s) (E14)	“(…) estive casada com ele 12 anos e muito eu deixei andar por causa da minha filha. Tinha medo de a minha filha sentir a falta do pai (...)” (E14)
Dever social (E1; E5)	<p>“(…) eu própria julguei, anos atrás, que quem casa é até ao fim (...)” (E1)</p> <p>“(…) nunca me divorciei... não sei... já estávamos casados há muitos anos, que tínhamos uma vida boa (...)” (E5)</p>
Tentativa de reconstruir a relação por parte da vítima (E1; E4; E13; E15)	<p>“(…) pedia a reforma, com a intenção que as coisas iam melhorar. Pensei que ao estar em casa já não ia acontecer tanto isso (...) mas não, continuou (...)” (E1)</p> <p>“(…) estive três anos separada desta pessoa, e quando voltei a acreditar, a aceitar e a perdoar, e entre conhecer uma pessoa nova, vou dar uma oportunidade outra vez (...)” (E4)</p> <p>“(…) esta minha sede de «desta vez vai correr tudo bem», deixava que as coisas acontecessem (...)” (E13)</p>

	<i>“(...) isto já começou mal mas eu gostava tanto dele que tentei que a relação dê-se certo (...)” (E15)</i>
--	---

Subcategoria: Dependência material

Unidade de análise	
Registo semântico	Contexto
Carência económica (E5; E6; E7; E10; E12)	<p><i>“(...) eu não tinha para onde ir, tenho 300 euros de reforma, não dava para nada (...)” (E5)</i></p> <p><i>“(...) eu aguentei muito tempo a relação por causa dela, pela minha filha, eu não tinha trabalho nem tinha para onde ir (...)” (E6)</i></p> <p><i>“(...) eu tinha medo de separar dele, tinha medo de enfrentar tudo sozinha, despesas e sustentar uma filha sozinha (...)” (E7)</i></p> <p><i>“(...) por isso quando eu me divorciar, tenho de sair dali. Agora com duzentos e tal euros, como é que eu consigo sair dali? Não posso! Ainda por cima não trabalho, não arranjo emprego com 51 anos (...)” (E10)</i></p> <p><i>“(...) eu não tenho dinheiro para sair lá de casa com a minha filha e ir para uma casa nova (...)” (E12)</i></p>

Categoria: Abandono da relação conjugal abusiva

Subcategoria: Motivos que levaram ao abandono da relação conjugal abusiva por parte da vítima

Unidade da Análise	
Registo semântico	Contexto
Apoio / aprovação familiar (E8; E14)	<p><i>“(...) o facto dos meus pais estarem cá na altura, ajudou muito, porque eu não tinha apoio familiar e quando eles souberam o que se passava, ajudaram-me sempre (...)” (E8)</i></p> <p><i>“(...) um dia falei com a minha filha, expliquei-lhe a situação e ela concordou comigo. Ela disse «mãe, é melhor». Fiquei à espera da aprovação dela para pôr um ponto final (...)” (E14)</i></p>
A pedido do(s) filho(s) (E4)	<i>“(...) quando eu fui agredida novamente o meu filho pediu para sair, e eu disse que sim (...)” (E4)</i>

Proteção do(s) filho(s) (E2; E7)	<p>“(…) já não era possível os meus filhos viverem naquela situação... não dava mais (...)” (E2)</p> <p>“(…) porque eu não queria que a minha filha vivesse no meio da violência (...)” (E7)</p>
Intolerância / “Saturação” (E1; E3; E6; E9; E13)	<p>“(…) tentei, lutei, mas um dia acordei e pensei que não podia ser. Não podia ser uma vítima toda a vida (...)” (E1)</p> <p>“(…) hoje levo um estalo, amanhã tenho uma faca espetada no peito. Não quero ser mais uma vítima. A minha mãe também foi vítima, não queria ter a mesma vida que ela (...)” (E3)</p> <p>“(…) cheguei a uma altura que eu já não aguentava mais (...), (...) até não suportar (...)” (E6)</p> <p>“(…) mas já não aguentava mais e acabei por sair. As coisas já não estavam a resultar entre nós e a relação não era saudável. Preferi sair (...)” (E9)</p> <p>“(…) foi se calhar ver com outros olhos a pessoa que ele era (...), (...) quando descobri as coisas que ele fazia, o meu amor começou-se a transformar em raiva e nojo (...)” (E13)</p>

Categoria: Maternidade em contexto de violência

Subcategoria: Impacto positivo

Unidade de Análise	
Registo semântico	Contexto
Educar o(s) filho(s) à não violência (E4; E7)	<p>“(…) as coisas negativas que eu passei, também se calhar ajudaram os meus filhos, para eles olharem para as minhas cedências e perceberem que nenhuma mulher deve ceder o que cedi e perceberem que muitas coisas não devem acontecer. Tenho quase a certeza absoluta que eles nunca farão a uma mulher aquilo que a mãe passou (...)” (E4)</p> <p>“(…) quero que ela (filha) seja responsável (...) e para se um dia passar pelo que eu passei, puder sair da relação e ao mesmo tempo não quero que o meu filho seja igual ao pai (...)” (E7)</p>
Efeitos positivos na relação mãe-filho(s) (E8; E14)	<p>“(…) talvez isto nos tenha aproximado mais (...)” (E8)</p> <p>“(…) a nossa relação sempre foi sólida, boa, eu consegui com que a nossa relação fosse sempre boa, apesar de tudo (...)” (E14)</p>

Suporte emocional na relação entre mãe e filho(s) (E4; E5)	<p>“(…) nesse aspeto o amor dos meus filhos sempre foi o que me completou ainda mais, nestas alturas de vulnerabilidade. Porque eu sou o apoio deles, eles sempre foram o meu, sem dúvida nenhuma (…)” (E4)</p> <p>“(…) eu acho que afetar diretamente a minha relação com os meus filhos, não afetou. Só afetou na minha cabeça. A minha filha amparou-me (…)” (E5)</p>
--	--

Subcategoria: Impacto negativo

Unidade de Análise	
Registo semântico	Contexto
Efeitos negativos na relação mãe-filho(s) (E7; E10; E11)	<p>“(…) eles foram afetados, principalmente o meu filho mas porque o pai o virava contra a mim e hoje em dia temos pouca ligação (…)” (E7)</p> <p>“(…) [impacto da violência na relação mãe-filho] afetou um pouco, mas eu tentava fazer sempre o melhor por eles (…)” (E10)</p> <p>“(…) eu andava sem paciência e às vezes era mais impulsiva com o meu filho e ficava-me a sentir mal depois (…)” (E11)</p>

Subcategoria: Ausência de impacto

Unidade de Análise	
Registo semântico	Contexto
Manutenção da relação mãe-filho(s) pré-existente (E3; E6; E14)	<p>“(…) acho que não afetou. Eu sempre tive pouca paciência, acho que não foi por ter passado por esta situação com o meu ex-companheiro que mudei (…)” (E3)</p> <p>“(…) sempre fui igual com a minha filha, sempre fui a mesma (…)” (E6)</p> <p>“(…) a nossa relação sempre foi sólida, boa, eu consegui com que a nossa relação fosse sempre boa, apesar de tudo (…)” (E14).</p>